



MUNICÍPIO de ALCANENA

TELEF 249 889 010 - FAX: 249 891 357
2380-037 ALCANENA

Município de Alcanena

RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

1 - INTRODUÇÃO	3
1.1 – Enquadramento legal.....	3
1.2 – GOP - Grandes Opções do Plano.....	5
1.3 - Investimentos	7
2 - ANÁLISE ÀS CONTAS DE 2014.....	9
2.1 – Considerações Políticas às contas de 2014.....	9
2.2 – Execução Orçamental da Receita.....	13
2.2.1 - Receitas.....	13
2.2.2 – Transferências Correntes e de Capital de 2014	16
2.2.3 - Fundos Comunitários.....	20
2.2.4 – Impostos Diretos	21
2.2.5 – Venda de Bens e Prestação de Serviços.....	22
2.2.6 – Venda de Bens de Investimento	23
2.2.7- Empréstimos.....	24
2.2.8 – Dívida de Curto Prazo.....	26
2.2.9 – Receita por Cobrar no Final do ano	27
2.3 – Execução Orçamental da Despesa.....	28
2.3.1 - Distribuição da Despesa por Classificação Orgânica.....	28
2.3.2 – Distribuição da Despesa por Classificação Económica.....	29
2.3.3 - Despesas Correntes e de Capital.....	30
2.3.4 – Despesa com Pessoal	32
2.3.4.1 Recursos Humanos	33
2.3.4.2 Nível Sócio Profissional dos Recursos Humanos	35
2.3.4.3 Nível de Segurança no Emprego.....	35
2.3.4.4 Limites às Despesas com o Pessoal	36
2.3.5 – Despesa com Aquisição de Bens e Serviços.....	37
2.3.6 – Transferências.....	38
2.3.6.1 - Juntas de Freguesia.....	39
2.3.7 - Justificação dos Desvios.....	40
2.4 – Equilíbrio Orçamental (artigo 40.º da RFALEI).....	43
2.5 – Execução das Grandes Opções do Plano.....	44
2.5.1 - Plano Plurianual de Investimentos	47
2.5.1.1 - Funções Gerais.....	48
2.5.1.2 - Funções Sociais.....	49
2.5.1.3 - Funções Económicas	49
2.5.2 - Atividades Mais Relevantes	50
3 - ANÁLISE AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	53
3.1 - Balanço	53
3.1.1 – Ativo	53
3.1.2 - Fundos Próprios, Passivo e Proveitos Diferidos.....	55
3.2 - Demonstração de Resultados.....	59
3.2.1 – Proveitos Diferidos	59

3.2.2 - Resultados Operacionais	61
3.2.3 - Resultados Financeiros	63
3.2.4 - Resultados Extraordinários	63
4 - ANÁLISE AO LIMITE DA DÍVIDA TOTAL (RFALEI), ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO E LIMITE GERAL DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO LONGO PRAZO (LFL) e PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	66
4.1 – Atividade Empresarial Local e Participações Locais.....	66
4.2 – Limite da Dívida Total	69
4.3 – Limite de Endividamento Líquido Municipal	71
4.4 – Limite Geral de Empréstimos de Médio Longo Prazo.....	72
4.5 – PMP – Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores.....	72
5 - RÁCIOS ORÇAMENTAIS	76
5.1 – <i>Rácios de Investimento</i>	76
5.2 – <i>Rácios de Gestão</i>	76
5.3 – <i>Rácios Económico/Financeiros</i>	77
6 - PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO	80
7 – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS.....	81
8 - ATIVIDADES NÃO REFLETIDAS NAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO.....	83
(ANEXO)	83

1 - INTRODUÇÃO

1.1 – Enquadramento legal

Compete à Câmara Municipal, em conformidade com a alínea i) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas e submetê-los a apreciação e votação da Assembleia Municipal.

É da competência da Presidente da Câmara, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 35º, da citada lei, submeter os documentos de prestação de contas à aprovação da Câmara Municipal e à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

De acordo com a alínea l) do nº 2 artigo 25º da mesma lei, compete à Assembleia Municipal **apreciar e votar os documentos de prestação de contas**.

No nº 2 do ponto 2 – Considerações Técnicas, do POCAL, consideram-se, como documentos de prestação de contas:

- Balanço;
- Demonstração de resultados;
- Mapas de execução orçamental;
- Anexos às demonstrações financeiras;
- Relatório de Gestão.

É este último documento que a seguir se apresenta, cujo conteúdo deve contemplar os aspetos referenciados no ponto 13 do POCAL, nomeadamente **a situação económica da Autarquia relativa ao exercício em análise, uma síntese da sua situação financeira, a evolução das dívidas a curto, médio e longo prazos nos últimos três anos, a proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício e os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício**.

Esta informação destina-se, para além do cumprimento das formalidades legais, tais como a ação fiscalizadora da Assembleia Municipal e o julgamento do Tribunal de Contas, a permitir a apreciação da atividade municipal por parte dos munícipes, assim como da situação económica e financeira por parte de fornecedores, entidades bancárias e outros credores.

No cumprimento do estabelecido no artigo 77.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, as contas dos municípios devem ser anualmente revistas por auditor externo;

De acordo com o n.º 2 do artigo 77º acima mencionado, compete ao auditor externo:

- a) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- b) Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos do município;
- c) Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- d) Remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo da entidade informação sobre a respetiva situação económica e financeira;
- e) Emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados individuais e consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela assembleia municipal.

Foi nomeada pela Assembleia Municipal de Alcanena na sua sessão ordinária realizada em 14-04-2014 a sociedade Revisores Oficiais de Contas “**Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda**”, como auditor externo das contas do Município de Alcanena, para os anos de 2014, 2015 e 2016.

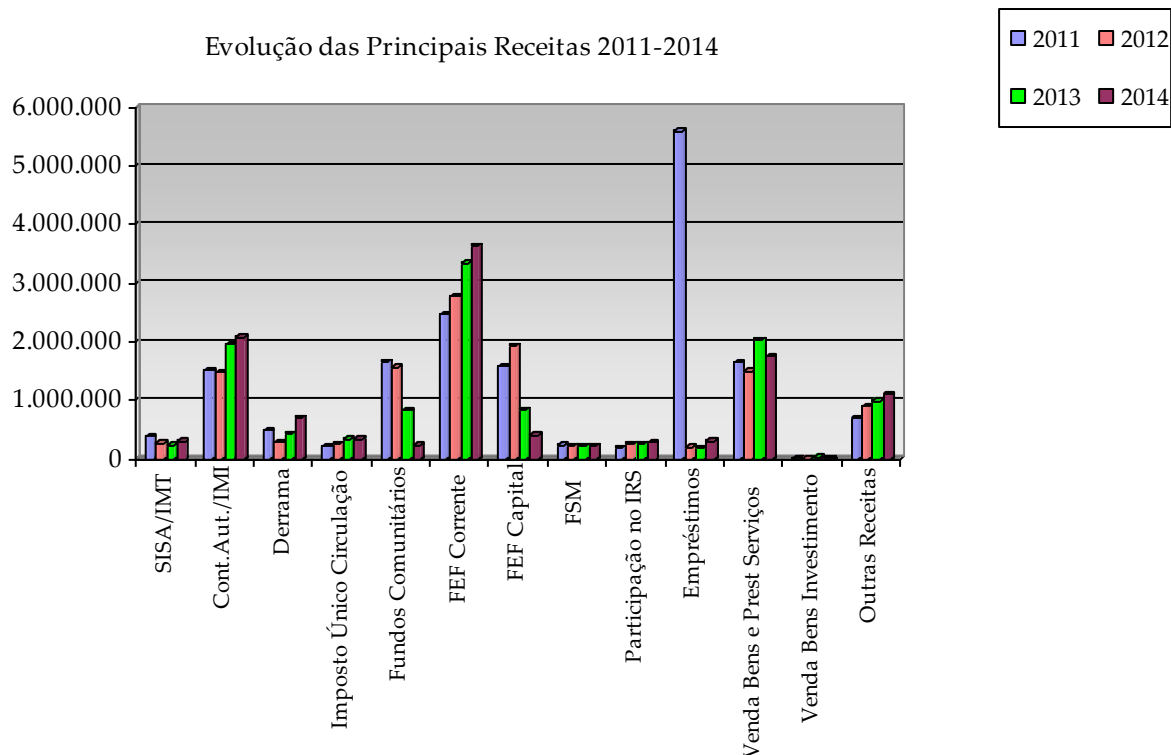
Faz parte integrante das contas do Município de Alcanena o Certificado legal emitido por aquela sociedade.

1.2 – GOP - Grandes Opções do Plano

É o documento onde são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia, que inclui dois documentos, o primeiro onde estão inseridas as Despesas de Capital, exclusivamente os investimentos feitos pelo Município, que se designa por “PPI - Plano Plurianual de Investimentos”, e o outro que tem as Despesas Correntes mais relevantes e ainda algumas Despesas de Capital, que resultam de investimentos feitos, por exemplo pelas Freguesias, por transferência de competências e respetivas verbas, bem como, as despesas a suportar com as operações da dívida autárquica, o qual se designa por “AMR - Atividades Mais Relevantes”.

É sobre estes documentos que irá ser feita a análise entre o que foi realizado e o que foi programado.

No gráfico que se segue, são apresentados os valores de maior significado recebidos no ano de 2014, tendo também elementos comparativos dos últimos três exercícios económicos.



As receitas por Transferência do Orçamento de Estado para o Município em 2014 (FEF + FSM + Participação no IRS), foram de € 4.536.708 relativos às transferências inscritas no OE para 2014.

Comparativamente com o valor recebido em 2013, em termos globais, o valor foi inferior em cerca de 128 mil euros, verificando um maior recebimento de FEF corrente, em cerca de 287 mil euros e um menor recebimento de FEF capital, em cerca de 433 mil euros.

O valor relativo à participação do IRS representou um aumento de cerca de 17 mil euros.

As receitas do Município no ano de 2014 (cobradas líquidas), encontram-se assim distribuídas, conforme também ilustrado no gráfico anterior:

SISA/IMT – € 299.517,17
Contribuição Autárquica/IMI: € 2.073.892,52
Derrama – € 698.581,23
Imposto Único de Circulação - € 332.296,91
Fundos Comunitários – € 226.208,12
FEF – Fundo Equilíbrio Financeiro (corrente) - € 3.634.404,00
FEF – Fundo Equilíbrio Financeiro (capital) - € 403.812,00
FSM - Fundo Social Municipal - € 221.496,00
Participação no IRS – € 276.996,00
Empréstimos – € 300.000,00
Venda de Bens e Prestação de Serviços - € 1.747.728,08
Venda de Bens de Investimento - € 15.507,89
Outras Receitas – € 1.099.129,74

Na rubrica outras receitas estão incluídas as receitas provenientes de impostos indiretos, taxas, bem como outras transferências recebidas.

O valor de Empréstimos utilizados no ano de 2014, foi relativo à utilização do empréstimo de curto prazo que foi contratado para fazer face a dificuldades de tesouraria.

Na rubrica dos Fundos Comunitários, os valores recebidos dizem respeito aos seguintes projetos: RAMPA, Plano Municipal para a Igualdade do Género, Fruta Escolar,

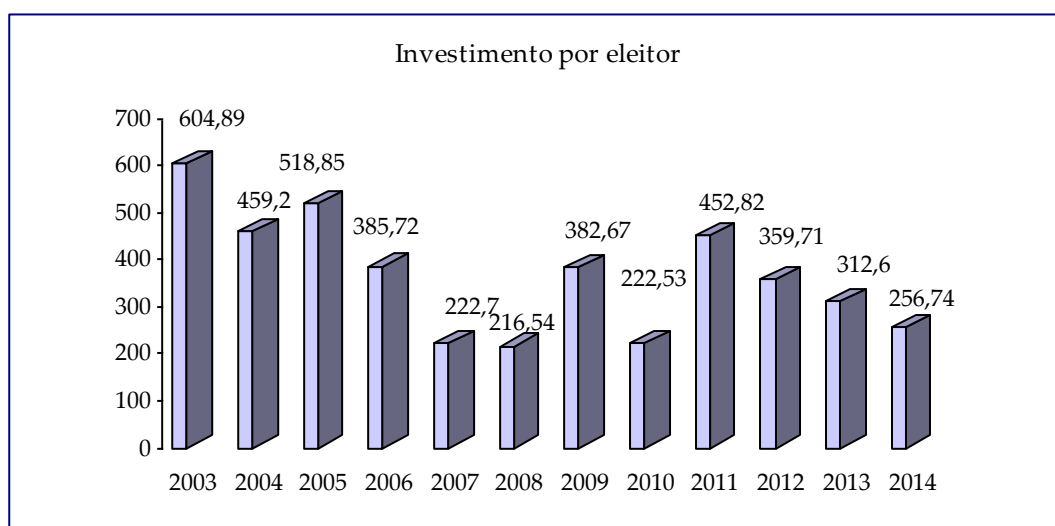
Comparticipação de Transportes Escolares, e do projeto de Qualificação dos Profissionais da Administração Pública, todos relativos a transferências correntes.

Quanto a transferências de capital de projetos comparticipados recebeu-se verbas para a Ampliação do Quartel dos Bombeiros, e requalificação do edifício do Centro de Ciência Viva do Alviela, para a Requalificação da Casa da Cultura e para comparticipação de equipamento informático no âmbito do projeto Médio Tejo – Gestão em SIG.

1.3 - Investimentos

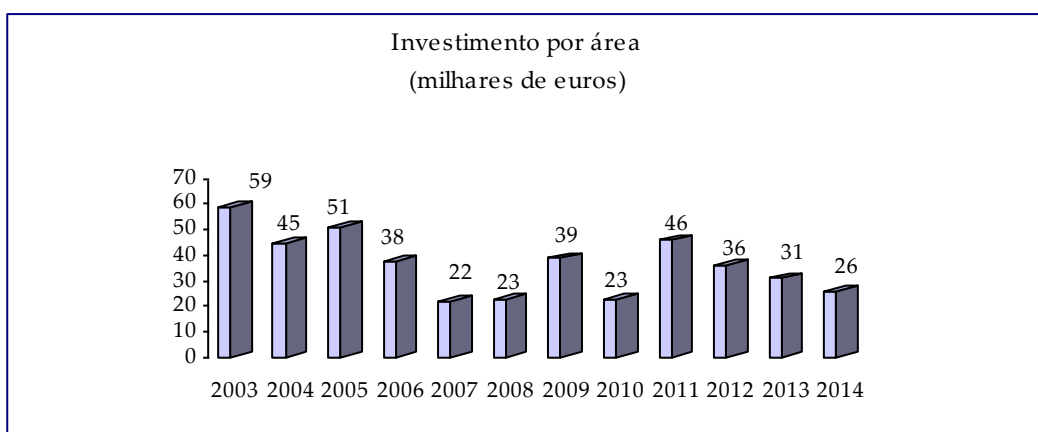
Os valores médios de investimento, nomeadamente nos €/eleitor e €/área, são traduzidos nos gráficos seguintes:

N.º Eleitores (2014)*: 12.657



* Fonte: Mapa 1/2015 do Ministério da Administração Interna, publicado no DR II série, n.º 41, de 27 de fevereiro.

Área do Município: 127,1 Km²



No ano de 2014 o valor do investimento, considerando o valor total pago em despesas de capital, foi de € 3.249.533,10, foi inferior ao ano anterior, o que originou diminuição do investimento pago por Km².

Relativamente ao investimento por eleitor também se verificou diminuição.

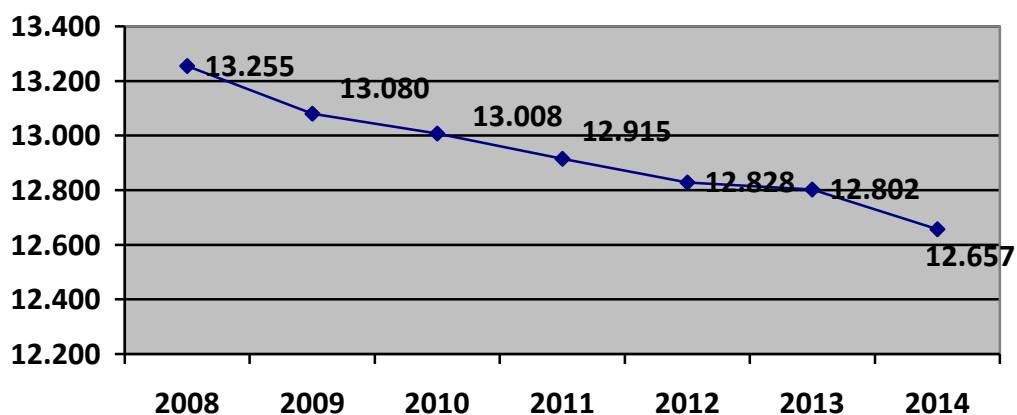
O valor de investimento pago por eleitor foi inferior aos verificados nos dois anos anteriores.

Nos últimos 8 anos, o investimento pago foi superior nos anos de 2009 e de 2011, anos em que se efetuaram pagamentos por utilização de empréstimos, em 2009 influenciado pelos pagamentos efetuados ao abrigo dos contratos de empréstimo celebrados no âmbito do PREDE e em 2011 influenciado pelos pagamentos efetuados pela contratação dos empréstimos de saneamento financeiro.

No que respeita ao número total de eleitores continuamos a verificar diminuição, à semelhança dos anos anteriores, sendo que de 2012 para 2013 diminuámos em 26 o n.º de eleitores e de 2013 para 2014, diminuámos em 145 o número de eleitores.

O quadro seguinte ilustra a evolução verificada nos últimos anos, em que em 7 anos o Município de Alcanena perdeu 598 eleitores, ou seja cerca de 4,5% se considerarmos o n.º de eleitores existentes em 2008.

Evolução do n.º de eleitores



2 - ANÁLISE ÀS CONTAS DE 2014

2.1 – Considerações Políticas às contas de 2014

A apreciação da prestação de contas referente ao ano 2014, comprova o enorme esforço levado a cabo pelo executivo, no cumprimento dos objetivos traçados e da orientação definida, no cumprimento do programa apresentado aquando nos propusemos candidatar à Câmara Municipal de Alcanena para o 2.º mandato 2013-2017, dando continuidade ao trabalho iniciado no primeiro mandato decorrido entre os anos 2009-2013.

Neste âmbito, têm vindo a ser cumpridos os objetivos estabelecidos, demonstrado pelos resultados que garantem o cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro, entre outras obrigações, que nos permitem afirmar hoje em dia, o rumo que pretendemos para o concelho de Alcanena.

A necessidade constante de regularizar situações pendentes e que, nalguns casos, se encontravam por resolver à décadas, impõe-nos o exercício redobrado na gestão dos recursos financeiros que vão sendo cada vez menores, devido à situação económica e financeira que o país atravessa, com reflexos sentidos por todos ao nível local.

Pela análise cuidada dos documentos que integram o presente Relatório de Gestão, podemos enumerar alguns dos principais aspetos que comprovam o anteriormente referido e que, mais uma vez, justificam a relevância de uma gestão séria e responsável dos dinheiros públicos, a saber:

- Reduzimos o valor do Endividamento Líquido Municipal, no valor de € 2.963.946,79, passando de € 8.286.528,11 verificados em 2014 para os € 5.322.581,32;
- Reduzimos a dívida a terceiros de médio e longo prazo em € 1.724.812,54;
- Reduzimos a dívida a terceiros de curto prazo em € 655.819,71;
- Reduzimos em 3, o número de efetivos, representando uma redução de 1,92%, acompanhada da consequente redução de custos e despesas associadas. Atualmente o número de efetivos na Câmara Municipal de Alcanena é de 153);
- Obtivemos uma execução orçamental da receita de 87,16%, tendo verificado 104,36% na receita corrente e 29,01% na receita de capital.

- Obtivemos uma execução orçamental da despesa de 84,25 % tendo verificado 89,94% na despesa corrente e 73,27% na despesa de capital.

Tendo por base o trabalho desenvolvido, temo-nos empenhado na maximização da receita e na minimização da despesa, garantindo o cumprimento da maioria das medidas propostas no Plano de Saneamento Financeiro em curso, conforme pode também ser comprovado em documento anexo.

Ao nível do desenvolvimento de projetos importantes para o concelho, durante o ano 2014, podemos salientar:

- **Percorrer e conhecer Alcanena** – Em execução durante o ano de 2014, a concluir em 2015;
- **Plano Municipal de Promoção da Interculturalidade** - Iniciado em dezembro de 2014 e a concluir em junho de 2015;
- **Gabinete de Inserção Profissional** – Cujo funcionamento de encontra prorrogado até dezembro de 2015;
- **Estabilização do talude rochoso e controlo da erosão das margens do rio Alviela** – Iniciado em 2014 e a concluir em 2015;
- **Remodelação do Centro Ciência Viva** – Iniciado em 2013 e a concluir em junho de 2015;
- **Reabilitação do Sistema de Alcanena** – Empreitada adjudicada em 2014 e que terá que ser concluído até ao final de 2015;
- **Requalificação do Edifício dos Paços do Concelho** – Processo que permitiu a instalação da Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais no edifício, representando uma melhoria significativa nos serviços, bem como, uma poupança significativa em termos de gestão dos edifícios em uso. Esta alteração permitiu ainda a deslocação do arquivo da Câmara Municipal para o Edifício localizado na rua Salgueiro Maia, salvaguardando deste modo, o arquivo e o tratamento adequado de toda a documentação, durante o período temporal previsto na Lei, processo de organização que se encontra em curso.

Podemos afirmar certamente que, os anos de 2014 e 2015 representarão um marco na viragem da qualidade de vida em Alcanena. Ao fim de muitos anos, de protocolo assinado e

não cumprido, foi possível iniciar o processo de candidatura em 2014, cujo término terá que ocorrer até ao final do ano 2015, garantindo assim a resolução dos problemas ambientais do concelho de Alcanena, um projeto que tem exigido o máximo de esforço de todas as entidades intervenientes, bem como dos respetivos técnicos, que têm articulado e cooperado com a Câmara Municipal de Alcanena.

Não poderia ainda deixar de mencionar também um marco histórico e cultural importante e que se prende com a Comemoração do Centenário da Fundação do Concelho de Alcanena, que ocorre precisamente, entre os dias 8 de maio de 2014 e 8 de maio de 2015.

Por se tratar de uma data especial quer para o concelho quer para os municípios, temos realizado um conjunto de iniciativas que muito dignificaram todos os que, direta ou indiretamente, participaram/participam na construção do concelho de Alcanena.

Realizaram-se concertos, exposições, espetáculos de teatro e música, lançamentos de livros, onde tentamos valorizar o que o concelho de Alcanena tem de melhor, nas várias áreas de intervenção, como sendo a cultura nas suas várias abordagens, a ciência, o desporto e o associativismo, representando um esforço financeiro acrescido, mas que abraçamos com toda a honra, respeito e responsabilidade institucional.

De referir ainda a concretização de muitas e variadas ações, quer as promovidas pela autarquia, como as realizadas em parceria com entidades diversas ao nível das várias áreas de intervenção municipal:

- Associativismo Local
- Cultura
- Desenvolvimento Humano e Social
- Desporto e Tempos Livres
- Educação e Qualificação
- Proteção Civil
- ...

Ao longo do ano 2014, contribuímos ativamente na definição de estratégias e consolidação dos projetos prioritários incluídos no plano estratégico regional, aguardando a entrada no novo quadro comunitário de apoios, que certamente nos permitirá dar continuidade à concretização de muitos projetos já devidamente sinalizados e do conhecimento geral.

É, pois, com a esperança que este novo Quadro Comunitário de Apoio, que se afirma mais competitivo, mais inclusivo e mais sustentável, nos permita continuar a implementar os projetos que ambicionamos para o Município de Alcanena, garantindo assim um maior crescimento, sustentabilidade e credibilidade.

2.2 – Execução Orçamental da Receita

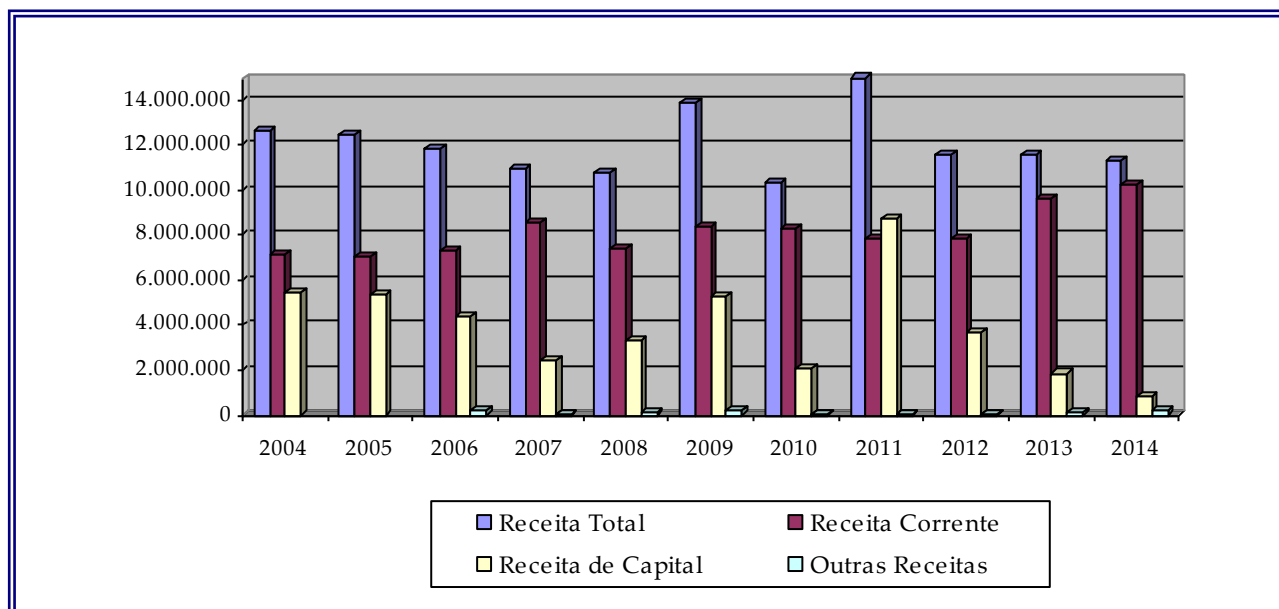
2.2.1 - Receitas

As receitas cobradas líquidas em 2014 foram de € 11.329.569,63, sendo Receita Corrente o valor de € 10.282.296,89, Receita de Capital € 858.081,92, e outras receitas no valor de € 189.190,82, que representam, relativamente ao ano anterior, um decréscimo de cerca de 293.443 euros de receita líquida cobrada relativamente ao ano de 2013.

A tendência nos anos anteriores era decrescente, exceto em 2009 (influenciado pelos empréstimos contratados ao abrigo do PREDE - Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado, no valor total de € 2.935.013,00) e em 2011 (influenciado pelos empréstimos de Saneamento Financeiro).

No ano de 2013 também se tinha verificado um ligeiro aumento relativamente ao ano de 2012, na ordem dos € 8.560.

Importa referir que se verificou aumento da receita corrente cobrada líquida de 2013 para 2014, na ordem dos € 659.111,25, continuando com a tendência de crescimento do ano de 2013 relativamente a 2012, na ordem dos € 1.745.757,79.

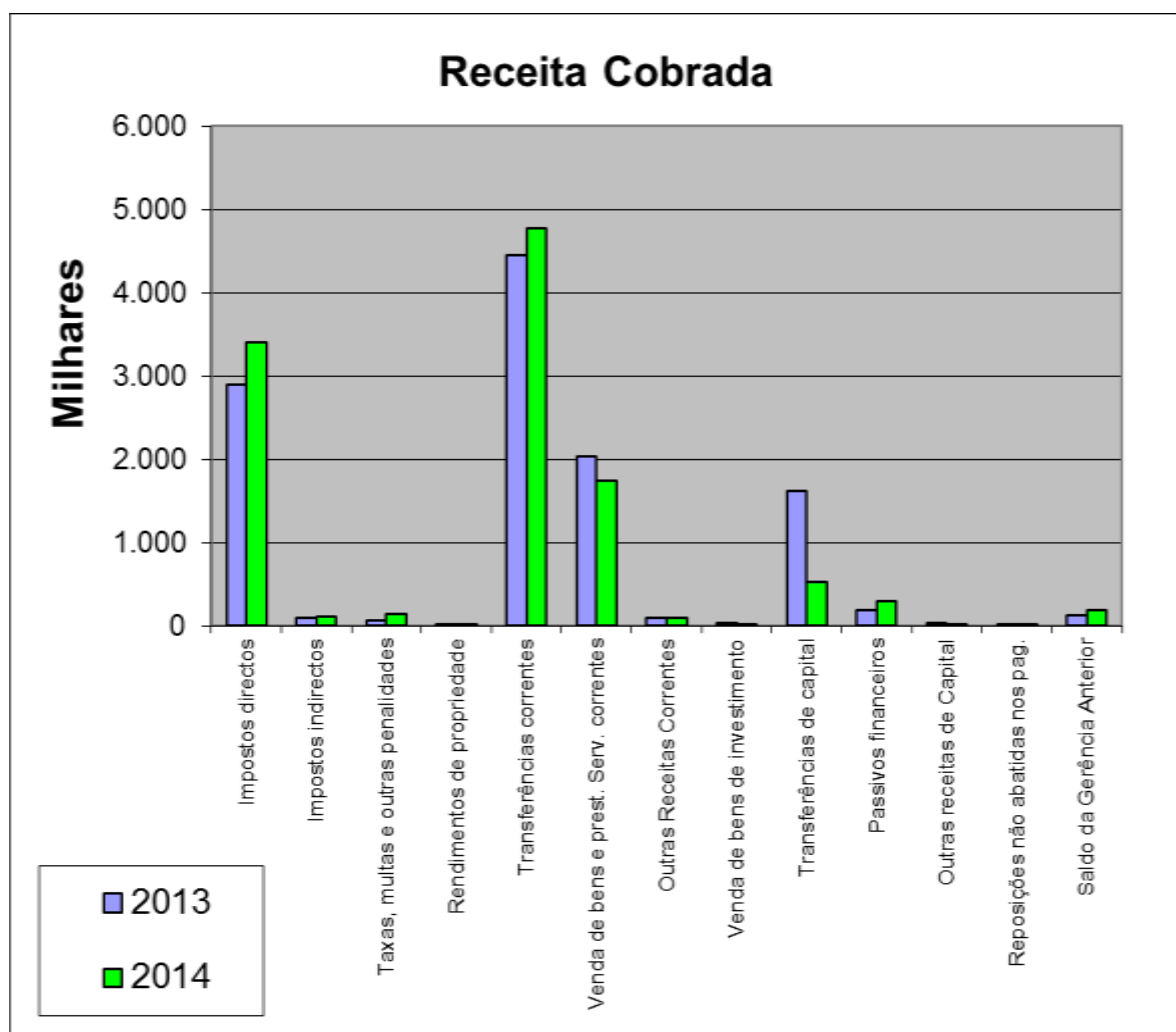


É no entanto importante referir que a Receita Cobrada é inferior à Receita Prevista no início do ano, e, aquando da elaboração dos documentos previsionais, ou porque não se concretizaram algumas vendas ou prestações de serviços, ou porque obras que estavam previstas não se concretizaram nos prazos previstos.

Verificou-se, por estes motivos, uma redução significativa no valor total da receita inicialmente prevista.

No quadro e gráfico seguintes, podem ser observadas as rubricas em que se verificaram as reduções de receitas mais significativas e onde os desvios entre a previsão corrigida e o cobrado foram mais significativos:

Clas.	Designação	Receitas Cobradas Líquidas 2013	Previsões Corrigidas 2014	Receitas Cobradas Líquidas 2014	Desvio 2014 (Cobrado - Previsto)	% cobrada s/ total 2014	Grau Execução da Receita 2014
01	Impostos directos	2.897.572,64	2.654.188,00	3.404.287,83	750.099,83	30,0	128,3
02	Impostos indirectos	96.113,64	120.728,00	118.038,55	-2.689,45	1,0	97,8
04	Taxas, multas e outras penalidades	57.734,37	74.502,00	141.093,74	66.591,74	1,2	189,4
05	Rendimentos de propriedade	313,97	643,00	477,54	-165,46	0,0	74,3
06	Transferências correntes	4.448.213,17	4.884.639,00	4.769.250,73	-115.388,27	42,1	97,6
07	Venda de bens e prest. Serv. correntes	2.034.374,59	2.043.462,00	1.747.728,08	-295.733,92	15,4	85,5
08	Outras Receitas Correntes	88.863,26	74.647,00	101.420,42	26.773,42	0,9	135,9
	TOTAL RECEITAS CORRENTES	9.623.185,64	9.852.809,00	10.282.296,89	429.487,89	90,8	104,4
09	Venda de bens de investimento	27.675,00	991.000,00	15.507,89	-975.492,11	0,1	1,6
10	Transferências de capital	1.618.281,42	1.495.528,00	534.693,99	-960.834,01	4,7	35,8
12	Passivos financeiros	190.000,00	300.000,00	300.000,00	0,00	2,6	100,0
13	Outras receitas de Capital	28394,05	170.789,00	7880,04	-162.908,96	0,1	4,6
	TOTAL RECEITAS CAPITAL	1.864.350,47	2.957.317,00	858.081,92	-2.099.235,08	7,6	29,0
15	Reposições não abatidas nos pag.	3.997,55	4.245,00	4.780,91	535,91	0,0	112,6
16	Saldo da Gerência Anterior	131.478,61	184.409,91	184.409,91	0,00	1,6	100,0
	Outras Receitas	135.476,16	188.654,91	189.190,82	535,91	1,7	100,3
	TOTAL	11.623.012,27	12.998.780,91	11.329.569,63	-1.669.211,28	100,0	87,2

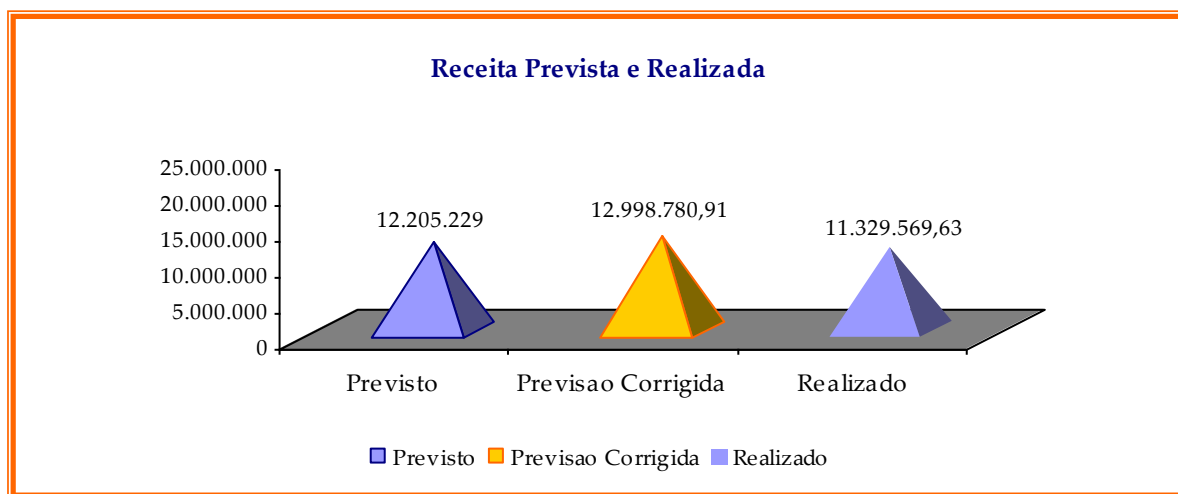


Os maiores desvios ocorridos entre a Receita Orçada e a Receita Cobrada Líquida, verificaram-se na Venda de Bens e Prestação Serviços Correntes e nas transferências correntes, no que respeita às Receitas Correntes e nas Transferências de Capital e Venda de Bens de Investimento, no que respeita às Receitas de Capital.

A Receita Cobrada na rubrica de Impostos Diretos, Taxas Multas e Outras Penalidades e Outras Receitas Correntes, foi superior à inicialmente prevista, no que às receitas correntes diz respeito, sendo em todas as outras rúbricas o valor cobrado inferior ao valor previsto.

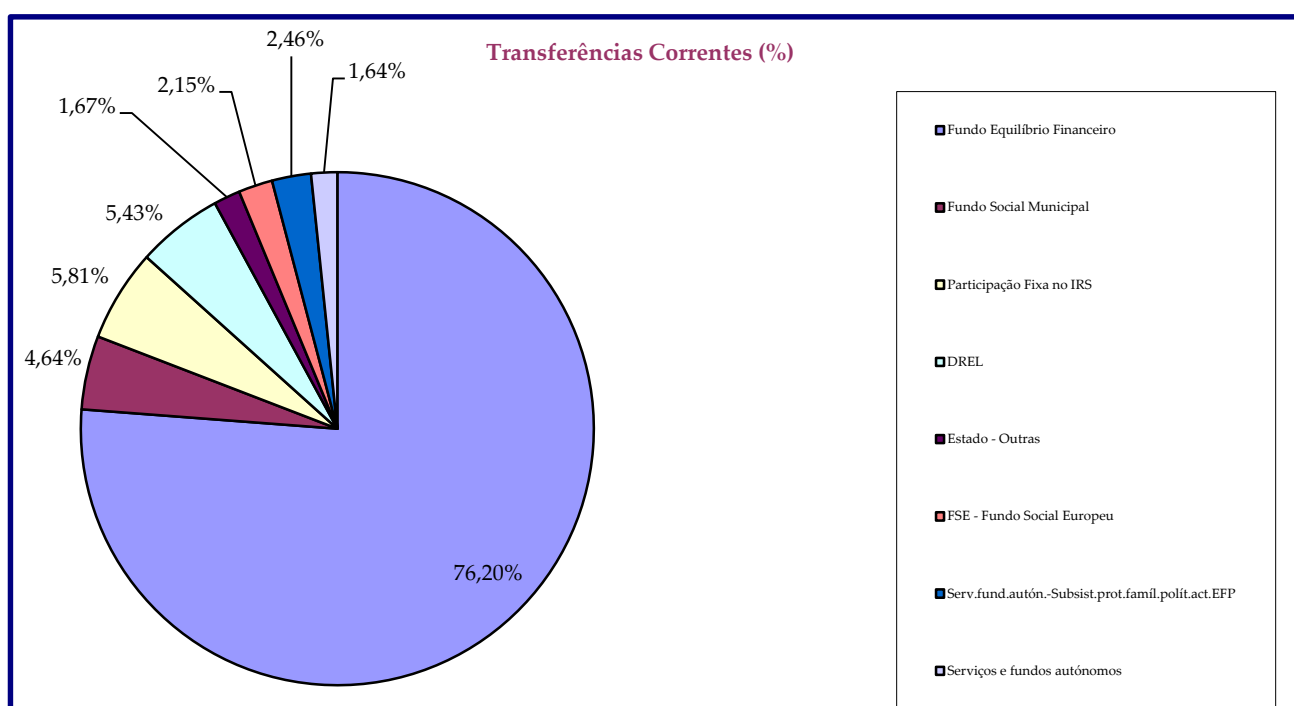
Nas Receitas Correntes, os capítulos com maior relevo no orçamento do Município de Alcanena continuam a ser as Transferências Correntes, que representam 42,1% do total da Receita, os Impostos Diretos representando 30 % e a Venda de Bens e a Prestação de Serviços que representam 15,4%.

Nas Receitas de Capital, as Transferências de Capital representaram 4,7% do total do orçamento.



O gráfico anterior ilustra a oscilação entre a receita inicialmente prevista e a receita cobrada líquida no final do ano, representando a previsão corrigida, a situação que resultou de revisão orçamentais por utilização do saldo da gerência anterior e previsão de recebimento de comparticipações de projetos, nomeadamente o projeto da Remodelação da Rede de Coletores e o projeto de Estabilização do Talude Rochoso e Controlo da Erosão das Margens do Rio Alviela.

2.2.2 – Transferências Correntes e de Capital de 2014



As Transferências Correntes obtidas em 2014, e à semelhança de anos anteriores, tiveram origem principalmente nas transferências do Orçamento de Estado. A principal fonte de Receita é a relativa ao FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro que representa 76,20% das Transferências Correntes. As restantes transferências provenientes do Estado representam cerca de 17,55%.

No ano de 2014, 2,78% das transferências são provenientes de participação comunitária em projetos co-financiados, nomeadamente no âmbito do FSE – Fundo Social Europeu (POPH)

Os valores recebidos de comparticipação comunitária em projetos co-financiados, foram os seguintes:

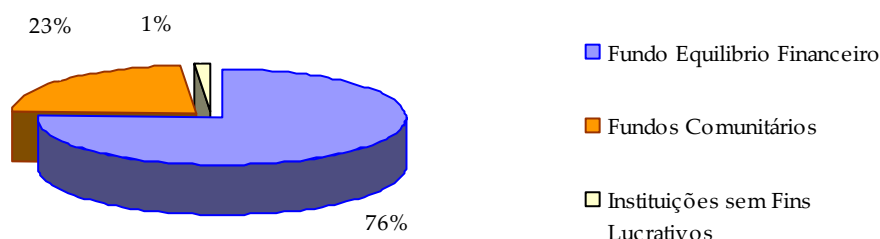
- Projeto Rampa: € 72.379,44;
- Projeto Plano Municipal para a igualdade do Género: € 6.690,92;
- Comparticipação de Transportes Escolares: € 14.354,54;
- Projeto Qualificação dos Profissionais da Administração Pública: € 9.064,56.

No ano de 2014 foram recebidos € 258.808,63 relativos a transferências vindas da DGEST/DREL, ficando no entanto por receber no final de 2014 o valor de € 83.845,95.

Na rubrica das transferências relativas a subsistemas de proteção às famílias foram recebidos € 10.244,23 para financiamento da equipa da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, € 11.929,10 para comparticipação dos custos do GIP – Gabinete de Inserção Profissional e € 95.164,00 para comparticipação dos programas ocupacionais. No final de 2014 encontrava-se por receber o valor de € 10.244,23 relativos à comparticipação do 2.º semestre da CPCJ.

Ao nível das transferências correntes, verificou-se ainda o recebimento € 36.750,00 para financiamento da equipa de sapadores florestais, € 5.044,64 relativos ao projeto de fruta escolar, € 16.820,72 para comparticipação do Gabinete Técnico Florestal, € 19.586,55 relativos a comparticipações efetuadas pelo INEM para comparticipação de despesas de Ambulância.

Transferências de Capital (%)



As transferências de capital arrecadadas no ano de 2014 foram distribuídas principalmente entre o Fundo de Equilíbrio Financeiro transferido pelo Estado (76%) e as transferências para comparticipação de projetos co-financiados (23%).

Relativamente ao valor de Transferências Provenientes de Fundos Comunitários recebidas em 2014, estas foram para comparticipação dos seguintes projetos:

- Ampliação do Quartel dos Bombeiros: € 10.274,02;
- Requalificação da Casa da Cultura: € 18.724,13;
- Requalificação do Edifício do Centro de Ciência Viva do Alviela: € 131.146,89; *
- Projeto Médio Tejo – Gestão em SIG: € 11.320,57;

* Aquando do recebimento desta comparticipação foi efetuada uma correção relativa à Requalificação do Jardim Municipal, cuja devolução foi no valor de € 47.746,98

Importa aqui mencionar que no final de 2014, não foram recebidos os seguintes valores, cujos pedidos de pagamento foram submetidos:

- Beneficiação da Antiga Nacional 365-4 - Troço Alcanena - Malhou – Moita: € 77.574,57;
- Requalificação da Antiga Nacional EN-360 – Troço Minde – Vale Alto: € 58.408,77;
- Ampliação do Quartel dos Bombeiros Municipais: € 41.566,06;

Foram ainda recebidos em 2014 € 7.163,36 da ADIRN por comparticipação do projeto do Parque de Campismo, cujo investimento foi realizado em anos anteriores.

Participação do Município nos Impostos do Estado

As receitas arrecadadas e provenientes do Orçamento do Estado no ano de 2014 relativas à Participação do Município nos Impostos do Estado, foram de € 4.536.708,00, sendo que € 4.132.896,00 são transferências correntes e € 403.812,00 são transferências de capital.

De referir que ocorreu um lapso no registo desta receitas, originado a ligeira diferenças de € 23,00, pelo que o valor correspondente e constante no Orçamento do Estado do ano de 2014 é de € 4.536.731,00, assim distribuído:

FEF Corrente: € 3.634.405,00;

FEF Capital: € 403.823,00;

Fundo Social Municipal: € 221.507,00;

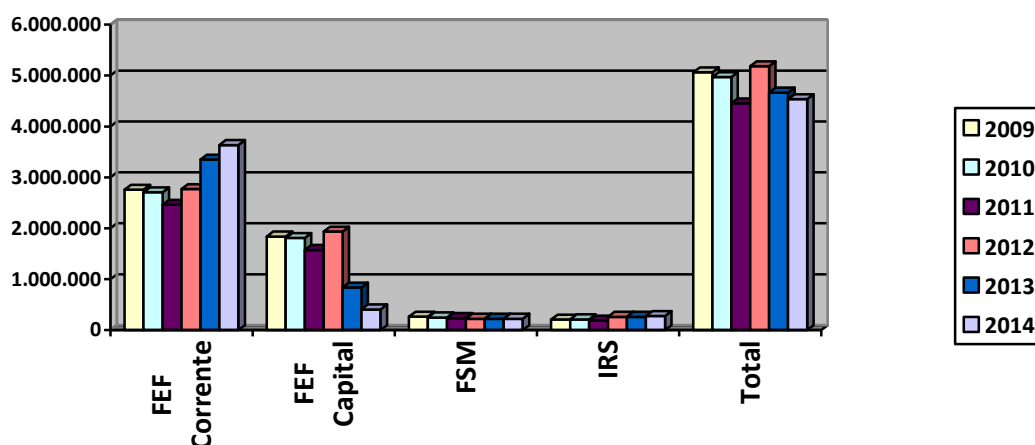
Participação no IRS: € 276.996,00

Relativamente ao valor recebido no ano anterior de € 4.665.104,00, verificou-se um decréscimo de € 128.373,00.

Em ambos os anos o Município aplicou a taxa máxima ao IRS de 0,5%.

O gráfico seguinte ilustra a evolução da Receita Recebida relativa à Participação do Município nos Imposto do Estado.

Evolução da Receita proveniente da Participação nos Impostos do Estado



De referir que se verifica o aumento do FEF corrente e a diminuição do FEF capital derivado das alterações introduzidas pela Orçamento do Estado, em que a totalidade do FEF

transferido até ao ano de 2012 era efetuada na proporção 60% em FEF corrente e 40% em FEF capital, desde 2013 a totalidade do FEF passou a ser transferido na proporção 80% em FEF corrente e 20 % em FEF capital.

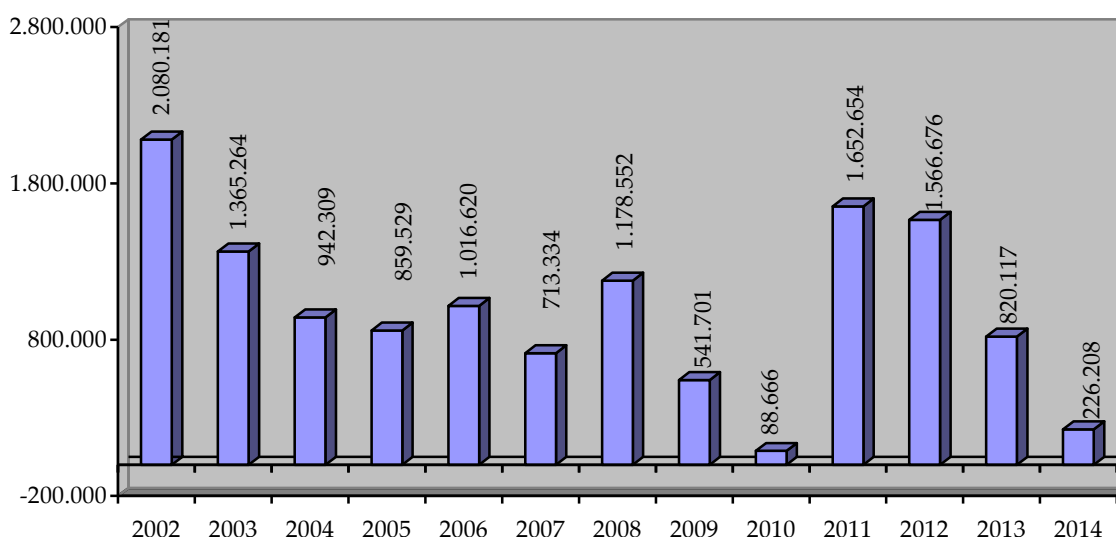
2.2.3 - Fundos Comunitários

Os valores recebidos relativos a comparticipações comunitárias durante o ano de 2014, foram no valor total de € 226.208,09, sendo € 94.720,48 provenientes do FEDER, € 10.274,02 do Fundo de Coesão, € 18.724,13 do FEADER e, € 102.489,46 do POPH.

O valor total recebido de comparticipações é referente a transferências correntes no valor de € 102.489,46 e transferências de capital no valor de € 123.718,63.

No gráfico seguinte podemos verificar a evolução desde 2002, do valor de comparticipações recebidas em projetos co-financiados por Fundos Comunitários, o que demonstra o decréscimo de fundos provenientes do QCA III e até o seu termo.

Estamos desde 2007, no período do QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional, em plena execução de obras comparticipadas.

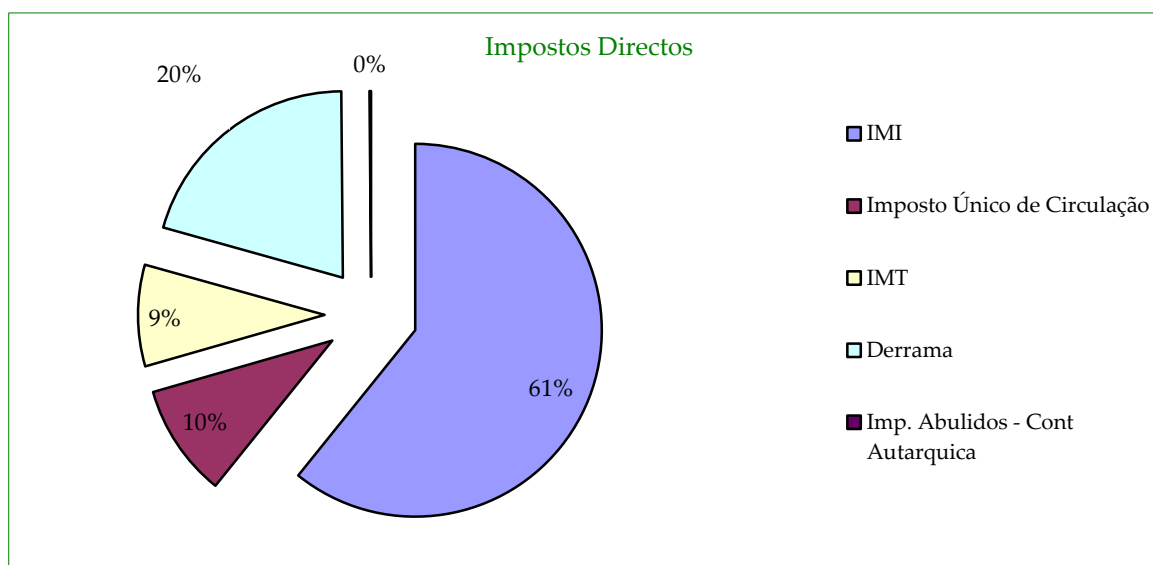


Os valores recebidos no ano de 2014 foram os correspondentes à comparticipação dos seguintes projetos, conforme acima mencionado:

- Ampliação do Quartel dos Bombeiros: € 10.274,02;
- Requalificação da Casa da Cultura: € 18.724,13;

- Requalificação do Edifício do Centro de Ciência Viva do Alviela: € 131.146,89;
- Projeto Médio Tejo – Gestão em SIG: € 11.320,57;
- Projeto Rampa: € 72.379,44;
- Projeto Plano Municipal para a igualdade do Género: € 6.690,92;
- Comparticipação de Transportes Escolares: € 14.354,54;
- Projeto Qualificação dos Profissionais da Administração Pública: € 9.064,56.

2.2.4 – Impostos Diretos



Cerca de 61% da receita cobrada líquida da rubrica Impostos Diretos provém do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis, sendo os restantes 39% repartidos da seguinte forma: Derrama – 20%; Imposto Único de Circulação – 10%; IMT – Imposto sobre Transmissões Onerosas de Imóveis – 9%;

Os Impostos Abolidos (Antiga Contribuição Autárquica) não chegam a representar 1% da receita relativa aos impostos diretos, uma vez que foi apenas entregue o valor de € 4.632,05.

Em 2014 recebeu-se mais € 506.715,19 de impostos diretos, comparativamente com o ano de 2013, continuando com a tendência de crescimento verificada no ano de 2013, em que se recebeu mais € 619.002,57 de impostos diretos do que em 2012.

Todas as receitas provenientes de impostos diretos registaram um aumento relativamente a 2013, à exceção do IUC – Imposto Único de Circulação, conforme se evidencia:

IMI – Imposto Municipal Imóveis: aumentou em € 161.972,77;

IUC - Imposto Único de Circulação: diminui em € 9.023,45;

IMT – Imposto sobre transmissões onerosas de imóveis: aumentou em € 75.978,71.

Derrama: aumentou em € 274.178,58.

2.2.5 – Venda de Bens e Prestação de Serviços

Na rubrica relativa à Venda de Bens e Prestação de Serviços, o valor total recebido foi de € 1.747.728,08, verificando-se um decréscimo de € 286.646,51, relativamente ao ano de 2013.

A rubrica relativa à prestação de serviços obteve-se um decréscimo global de € 141.834,12, enquanto que na rubrica relativa às rendas obteve-se um decréscimo de € 145.700,75.

Refira-se que no final de 2014 não foram cobrados os seguintes valores mais expressivos:

€ 82.765,97 relativos a Transportes Efetuados pelos Bombeiros Municipais;

€ 137.823,56 relativos a Trabalhos efetuados por conta de particulares (principalmente ramais efetuados a particulares, onde se incluem os ramais relativos à povoação da Serra de S. António, Covão do Feto e Casais da Moreta)

De salientar que o decréscimo verificado no ano de 2014, relativamente ao menor valor recebido relativamente ao que respeita a rendas, se encontra influenciado pelo facto de no ano de 2013 o valor recebido relativo à renda da concessão da rede de águas contemplar valores relativos ao ano anterior na ordem dos € 20.220,27 e o valor relativo à renda de concessão da rede elétrica contemplar o valor de € 117.989,48 relativos ao 4.º trimestre de 2012.

Há a destacar as principais rubricas relativas às receitas cobradas com a venda de bens e prestação de serviços:

Tarifa de Saneamento: € 133.916,94 (valor inferior ao ano de 2013);

Tarifa de RSU: € 287.074,62 (valor inferior ao ano de 2013);

Transportes efetuados pelos Bombeiros/ambulâncias: € 116.714,84 (valor inferior ao ano de 2013);

Trabalhos por conta de particulares: € 108.502,94 (correspondente à cobrança de ramais de saneamento relativos às povoações da Serra de S. António, Covão do Feto e Casais da Moreta e também à cobrança do valor de € 9.131,63 de ramais da povoação de Minde cuja faturação ocorreu nos anos de 2004 e 2006);

Fornecimento de Refeições EB1 e JI: € 76.561,36 (valor inferior ao ano de 2013);

Reembolso de Despesas com Pessoal (efetuado pela Luságua): € 37.641,21 (inferior ao ano anterior);

Renda da concessão da rede elétrica – € 477.738,98;

Renda da concessão da rede de água – € 223.443,47;

Renda exploração parque eólico – € 125.287,43 (valor superior ao ano anterior).

No ano de 2014 há também a destacar o acréscimo de receita cobrada nas seguintes Rúbricas:

- Serviços Culturais: em que no ano de 2014 foram cobrados € 9.702,75, no lugar dos € 2.950,15 cobrados em 2013 (nesta rubrica incluem-se as receitas provenientes da bilheteira do Cine-Teatro S. Pedro)

- Parque de Campismo: em que no ano de 2014 foram cobrados € 4.157,21, no lugar dos € 3.386,50 cobrados em 2013;

2.2.6 – Venda de Bens de Investimento

No ano de 2014 ocorreu a venda de uma garagem sita na Praceta Dr. Francisco Sá Carneiro, pelo valor de € 7.150,00 e três viaturas avariadas pelo valor de € 8.357,89.

2.2.7- Empréstimos

Importa aqui referir que a contratação de empréstimos de Médio e Longo Prazos se encontrava limitada pela Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, nomeadamente no seu artigo 39.º.

Por sua vez a Lei n.º 75/ Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, não vem definir qualquer limite.

Considerando que no Município de Alcanena, está a decorrer o Plano de Saneamento Financeiro, deverá ter-se em consideração o limite que anteriormente era definido pela Lei n.º 2/2007. Assim, o valor do Limite Geral de Empréstimos de Médio Longo Prazo a considerar em 31-12-2014 é de € 7.212.796,64 e o valor verificado naquela data era de € 8.639.960,03, portanto superior ao limite acima mencionado.

Refira-se que aquele superior foi resultado da utilização dos empréstimos contratados com a aprovação do Plano de Saneamento Financeiro no ano de 2011, no valor total de € 5.000.000,00, em que foi contratado um empréstimo com a Caixa Geral de Depósitos, S.A. no valor de € 3.500.000,00, e um empréstimo no valor de € 1.500.000,00 com a Caixa Económica Montepio Geral, S.A.

No decorrer do ano de 2014 foram utilizados os seguintes valores relativos a empréstimos:

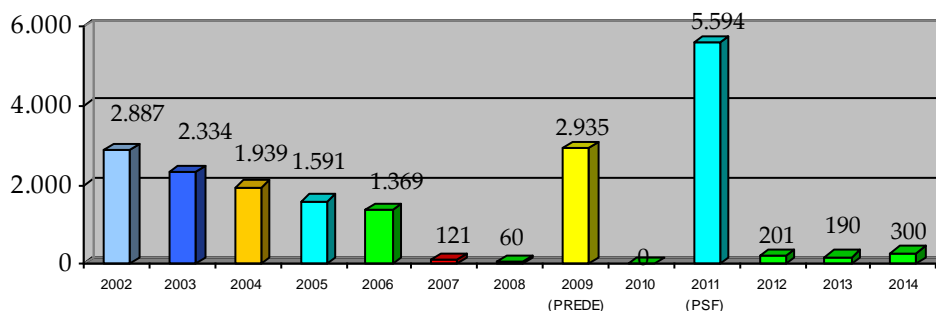
- Empréstimo de curto prazo: € 300.000,00 – para gestão de tesouraria e integralmente pago até 31 de dezembro de 2014.

O gráfico seguinte ilustra a evolução do Recurso ao Crédito relativamente a anos anteriores, em que os anos de 2009 e 2011 foram anos de exceção.

No ano de 2009 foram contratualizados e utilizados dois financiamentos contratados no âmbito do PREDE – Programa de Regularização de Dívidas do Estado para pagamento de dívidas de curto prazo, no valor total de € 2.935.013,00, um com o Estado Português, através da DGTF – Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, no valor de € 1.174.005, com prazo de 10 anos e cinco de carência sem pagamento de juros durante o período de carência, e outro com o Banco Santander Totta, S.A. no valor € 1.761.008,00 com prazo de 5 anos.

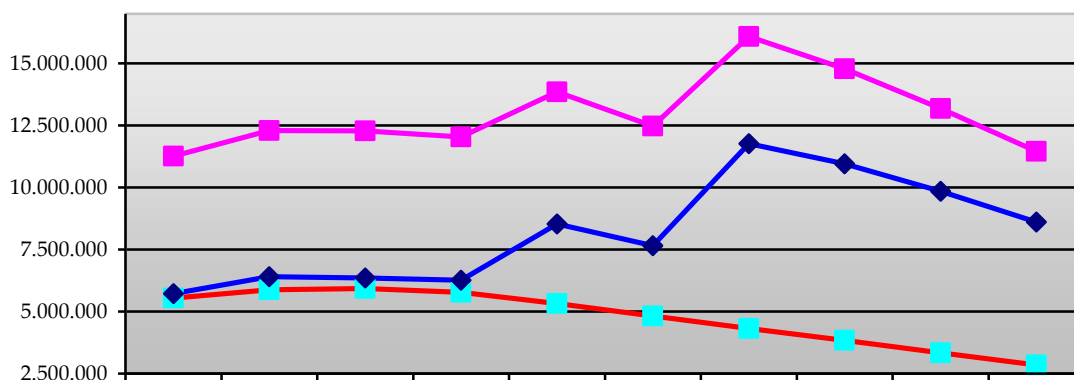
No ano de 2011 efetuou-se a contratação de dois empréstimos no âmbito do Plano de Saneamento Financeiro, conforme acima se mencionou, no valor global de € 5.000.000,00.

Evolução do Recurso ao Crédito- (milhares de €)



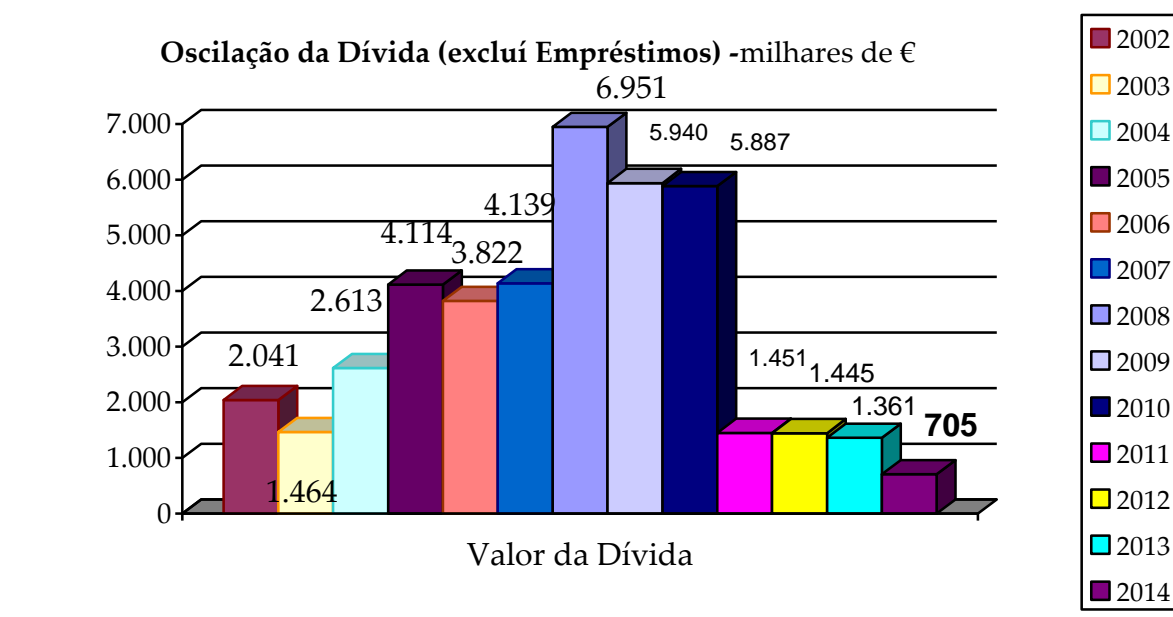
Importa aqui analisar também a evolução do peso do recurso ao crédito na dívida a médio longo prazo do Município e a sua influência no cálculo do limite geral de empréstimos, conforme gráfico seguinte:

Evolução da Dívida a MLP



	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Excepcionados Limite Endividamento	5.545.090	5.882.829	5.925.091	5.772.267	5.322.626	4.817.665	4.319.794	3.838.165	3.344.008	2.849.773,0
Não Excepcionados Lim. Endiv.	5.717.054	6.407.399	6.359.214	6.266.240	8.532.491	7.653.749	11.769.459	10.949.774	9.842.090	8.611.512
Total Dívida MLP	11.262.144	12.290.228	12.284.306	12.038.507	13.855.117	12.471.414	16.089.253	14.787.939	13.186.098	11.461.285

2.2.8 – Dívida de Curto Prazo



O valor da dívida de Curto Prazo do Município verifica uma melhoria, comparativamente com o ano de 2013, com diminuição de 656 milhares de euros, ou seja, era de € 1.360.835,46 e passou a ser de € 705.015,75.

O passivo de curto prazo no final do ano de 2014 é o mais baixo de sempre, desde a implementação do POCAL, no ano de 2002 e encontra-se conforme abaixo se descreve.

A dívida a empreiteiros e fornecedores de imobilizado é de € 110.618,85, representando 15,7% do valor total da dívida de curto prazo, e a dívida a fornecedores de conta corrente é de € 104.373,12, o que representa 14,8% do valor total da dívida de curto prazo.

Importa mencionar que € 117.428,70, cerca de 16,6 % do total da dívida de curto prazo, se deve a empresas de factoring e referentes a dívidas relativas a investimentos efetuados em anos anteriores, dado que os créditos foram cedidos pelos nossos fornecedores a essas instituições.

No final do ano de 2014 havia registado nas contas de faturas em receção e conferência relativos a fornecedores de conta corrente, um total de € 76.503,77, cerca de 10,8% do valor da dívida de curto prazo.

De referir ainda que cerca de 14 % da dívida é referente a operações de tesouraria (€ 101.850,64), cujo valor se encontra registado nas contas de disponibilidades de igual valor.

Também no final de 2014 existe registado o valor em dívida de € 24.994,32 a Administrações Autárquicas, relativo à dívida à Junta de Freguesia de Moitas Venda, relativo a comparticipação de projetos desenvolvidos por estas, e que se encontram em fase de regularização, conforme plano de pagamento formalizado com esta.

2.2.9 – Receita por Cobrar no Final do ano

No final do ano de 2014 ficaram por cobrar € 614.731,83, sendo as seguintes rubricas as mais significativas:

- Saneamento: € 21.224,58;
- Transferências Relativas a Educação – DREL: € 83.845,95;
- Serviços e Fundos Autónomos: € 16.820,72;
- Serviços e Fundos Autónomos – Subst. Prot. Famíl. Polit Act. EFP: € 10.244,23;
- Água: € 134.672,68;
- Aluguer de Autocarro: € 5.452,83;
- Aluguer de Espaços e Equipamentos Diversos: € 5.070,89;
- Transporte efetuado por Bombeiros/Ambulâncias: € 82.765,97;
- Trabalhos por conta de Particulares: € 137.823,56;
- FEDER – PORC: € 69.324,69;

2.3 – Execução Orçamental da Despesa

2.3.1 - Distribuição da Despesa por Classificação Orgânica

Analisando a Despesa por Classificação Orgânica, verificamos que em 2014 as rubricas que representam maior peso na despesa paga do Município são, à semelhança do ano anterior: Infraestruturas e Equipamentos Municipais, Operações Financeiras e Câmara Municipal, apresentando as operações financeiras um acréscimo relativamente ao ano anterior, conforme se pode analisar no quadro seguinte:

Designação	Total Despesa paga (2013)	2013 (%)	Dotação Corrigida (2014)	Total Despesa paga (2014)	2014 (%)	Grau de Execução
Assembleia Municipal	32.639,45	0,28	17.420,00	15.665,91	0,14	89,93
Câmara Municipal	1.569.745,25	13,65	2.287.517,57	1.856.554,90	16,95	81,16
Operações Financeiras	2.171.783,81	18,89	2.360.256,62	2.357.417,37	21,53	99,88
Classes Inactivas	6.147,61	0,05	9.285,79	9.075,79	0,08	97,74
Administração Geral e Finanças	681.165,31	5,93	783.701,04	740.750,94	6,76	94,52
Desenvolvimento Social	390.290,70	3,39	411.356,92	337.544,23	3,08	82,06
Cultura e Turismo	671.385,08	5,84	670.893,31	632.628,78	5,78	94,30
Juventude e Desporto	682.191,28	5,93	770.554,01	672.640,67	6,14	87,29
Educação	915.035,51	7,96	1.101.528,32	895.730,14	8,18	81,32
Infraestruturas e Equipamentos Municipais	2.614.802,60	22,75	2.504.981,42	1.827.597,92	16,69	72,96
Protecção Civil e Gestão Florestal	859.881,12	7,48	680.091,48	629.185,27	5,75	92,51
Planeamento, Ordenamento e Urbanismo	188.642,02	1,64	230.549,76	225.776,32	2,06	97,93
Ambiente e Serviços Urbanos	329.189,55	2,86	286.483,63	272.254,37	2,49	95,03
Complexo do Alviela	189.987,73	1,65	658.583,72	297.390,06	2,72	45,16
Cine-Teatro S. Pedro	42.821,21	0,37	65.051,90	40.758,72	0,37	62,66
Biblioteca Municipal de Alcanena	150.355,47	1,31	160.525,42	140.768,93	1,29	87,69
TOTAL GLOBAL	11.496.063,70	100	12.998.780,91	10.951.740,32	100	84,25

2.3.2 – Distribuição da Despesa por Classificação Económica

Uma vez que a despesa paga é sempre em função de receita cobrada, temos que a despesa realizada em 2014 foi de € 10.951.740,32, sendo que as despesas correntes foram de € 7.702.207,22 e as despesas de capital foram de € 3.249.533,10, representando relativamente ao ano anterior um decréscimo global de cerca 544,3 milhares de euros, o equivalente a um decréscimo de 4,73% relativamente ao ano de 2013.

Refira-se ainda assim, que este valor poderia ser superior, considerando que o saldo de gerência de operações orçamentais no final de 2014 foi de € 495.717,77. Tal facto não se verifica uma vez que alguns documentos de despesa foram enviados pelos respetivos fornecedores no decorrer do ano de 2015, impossibilitando o seu pagamento ainda na gerência de 2014.

Class.	Designação	Total Despesa Paga 2013	Dotações Corrigidas 2014	Total Despesa Paga 2014	% 2014
1	Pessoal	2.974.132,17	3.120.740,59	3.021.362,75	27,6
2	Aquisição de bens e serviços correntes	3.215.889,52	4.008.076,45	3.306.450,37	30,2
3	Encargos correntes da dívida	403.642,72	363.042,12	359.392,14	3,3
4	Transferências correntes	774.083,47	844.921,80	809.563,37	7,4
5	Subsídios	41.042,80	69.742,00	50.144,36	0,5
6	Outras despesas correntes	85.399,60	157.310,74	155.294,23	1,4
	TOTAL DESPESAS CORRENTES	7.494.190,28	8.563.833,70	7.702.207,22	70,3
7	Aquisição de bens de investimento	1.875.975,56	2.177.998,57	1.005.443,16	9,2
8	Transferências de capital	334.056,09	232.123,29	219.277,40	2,0
9	Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,0
10	Passivos financeiros	1.791.841,77	2.024.825,35	2.024.812,54	18,5
11	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,0
	TOTAL DESPESAS CAPITAL	4.001.873,42	4.434.947,21	3.249.533,10	29,7
	TOTAL GERAL	11.496.063,70	12.998.780,91	10.951.740,32	100

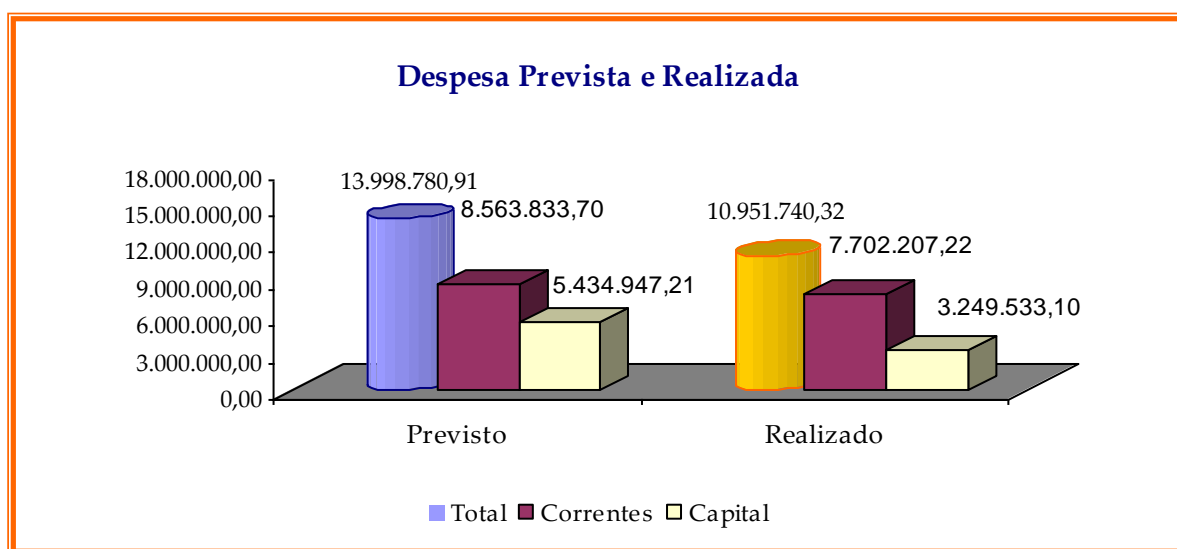
Do valor total das despesas pagas, foram pagos € 720.180,93 referentes a despesas de anos anteriores, correspondente a € 248.917,98 de despesas correntes e € 471.262,95 de despesas de capital.

Ainda assim, o Município ficou com dívidas referentes a despesas de capital de anos anteriores a 2014 relativas a créditos cedidos pelos fornecedores a instituições de factoring, no valor total de € 117.428,70, cujos planos de pagamento se encontram a decorrer.

Também ficou em dívida o valor total de € 24.994,32 à Junta de Freguesia de Moitas Venda, relativo a comparticipação de projetos desenvolvidos por estas, e que se encontram em fase de regularização, conforme planos de pagamento formalizados com estas.

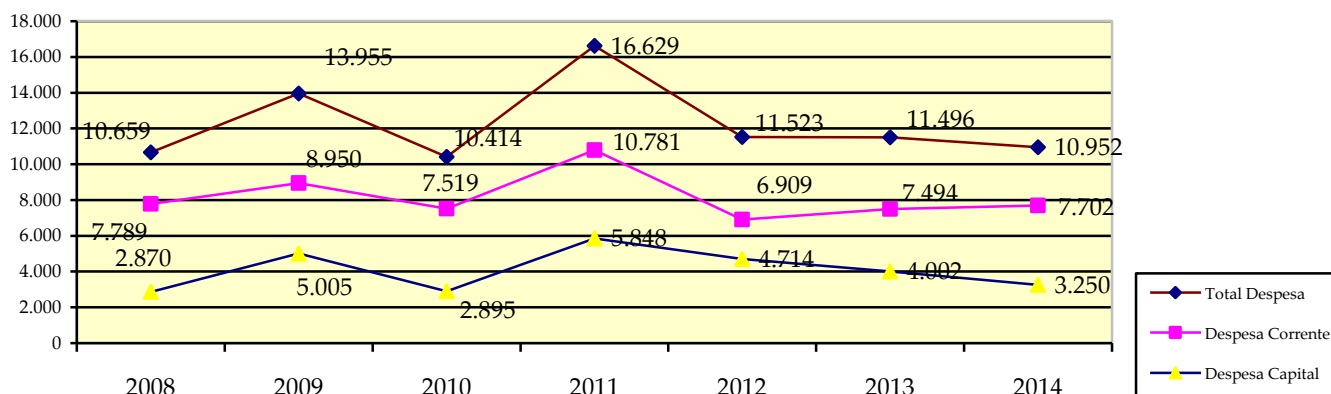
Importa também mencionar que no final do ano de 2013 o Município de Alcanena ficou com dívidas no valor de € 215.810,43 relativas ao passivo relativo à Dissolução da Empresa de Melhoramentos de Alcanena.

O gráfico seguinte ilustra o valor de despesa efetivamente paga no decorrer do ano de 2014.



2.3.3 - Despesas Correntes e de Capital

Vejamos a evolução da despesa paga desde o ano de 2008:



O ano de 2009 (pela utilização dos empréstimos contratados ao abrigo do PREDE no valor de € 2.935.013,00), e o ano de 2011 (pela utilização dos empréstimos de saneamento financeiro no valor de € 5.000.000,00) são anos invulgares no que aos pagamentos respeita.

Este ano o valor total da Despesa paga diminui relativamente ao ano anterior, sendo que no ano de 2013 o valor pago foi de cerca de 11.496 milhares de euros e neste ano foi de 10.952 milhares de euros. A diminuição foi na ordem dos 544 milhares de euros.

A tendência dos últimos anos, excluindo os anos de 2009 e 2011, tem sido de descida progressiva nos valores da despesa paga, fruto, obviamente da diminuição da receita cobrada.

As Receitas Correntes cobradas liquidas em 2014 foram de € 10.282.296,89, com um acréscimo relativamente a 2013 de 6,85%, as despesas correntes pagas foram de € 7.702.207,22.

Refira-se que dos € 7.702.207,22, apenas € 7.453.289,24 foram relativos a despesas contraídas no exercício de 2014, sendo o restante de anos anteriores.

As Receitas de Capital arrecadadas foram de € 858.081,92, tendo havido relativamente ao ano anterior um decréscimo, originado principalmente, conforme já se mencionou, com a nova forma de distribuição do FEF, com maior peso nas transferências correntes, em detrimento das transferências de capital, mas também influenciado pelo menor recebimento de participações comunitárias.

As Despesas de Capital pagas, por sua vez foram no valor de € 3.249.533,10, a que corresponde um decréscimo no investimento pago, em cerca de 19%, relativamente ao ano anterior. Do valor da despesa de capital pago estão incluídos € 471.262,95 de dívida de curto prazo contraída em anos anteriores a 2014.

2.3.4 – Despesa com Pessoal

As despesas com pessoal pagas no ano de 2014 foram de € 3.021.362,75, valor superior ao pago em 2013 em € 47.230,58 (aumento de 1,59%).

Este aumento é justificado parcialmente:

- Ao abrigo de normativos legais impostos por força da aplicação do Acórdão 413/2014, do Tribunal Constitucional, que declarou a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, as normas constantes do art.º 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31/12, que procedeu à redução das remunerações dos trabalhadores do sector público, por violação do princípio da igualdade, consagrado no art.º 13.º, n.º 1 da Constituição da República;
- Ao pagamento de indemnizações por duas cessações de contratos de trabalho que ocorreram no final do ano de 2013; e
- Ao pagamento de indemnização, por sentença judicial, a uma ex-trabalhadora que cessou funções em 16.05.2011.
- Aumento da compensação por trabalho extraordinário, que em parte deriva do normativo legal constante da LOE2014, art.º 45.º, que para entidades empregadoras cujo horário de trabalho semanal é superior a 35 horas, os quantitativos remuneratórios ao trabalho extraordinário são os consagrados nos n.ºs 1 e 2, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 junho e por outro, lado, do aumento do trabalho extraordinário prestado nas atividades de apoio ao associativismo local (cedência de transportes) e um aumento de trabalho extraordinário no Serviço Municipal de Proteção Civil.

Designação da Despesa	Valor pago em 2013	Valor pago em 2014	% sobre o total	Evolução	% de aumento/diminuição
Remunerações Certas e Permanentes	2.303.845,77	2.328.571,63	77,07	24.725,86	1,07
Remunerações	1.779.175,67	1.789.458,56	59,23	10.282,89	0,58
Representação	28.359,66	37.884,01	1,25	9.524,35	33,58
Subsídio de Refeição	178.025,22	176.262,46	5,83	-1.762,76	-0,99
Subsídio de Férias e Natal	284.250,42	282.728,32	9,36	-1.522,10	-0,54
Rem. por Doença e maternidade/paternidade	34.034,80	42.238,28	1,40	8.203,48	24,10
Abonos Variáveis	59.308,34	54.842,62	1,82	-4.465,72	-7,53
Horas Extraordinárias	9.083,79	16.460,12	0,54	7.376,33	81,20
Ajudas de Custo	3.074,61	2.577,89	0,09	-496,72	-16,16
Abono para Falhas	3.250,90	3.257,82	0,11	6,92	0,21
Formação	0,00	0,00	0,00	0,00	--
Colaboração Técnica especializada	0,00	0,00	0,00	0,00	--
Subsídio de Trabalho nocturno	5.212,79	4.957,11	0,16	-255,68	-4,90
Subsídio de Turno	0,00	0,00	0,00	0,00	--
Indemnizações por cessação de funções	6.046,80	7.816,72	0,26	1.769,92	29,27
Outros Suplementos e Prémios	32.639,45	19.772,96	0,65	-12.866,49	-39,42
Segurança Social	610.978,06	637.948,50	21,11	26.970,44	4,41
Encargos com a saúde	87.254,39	101.565,58	3,36	14.311,19	16,40
Outros encargos com a saúde	21.674,39	23.559,44	0,78	1.885,05	8,70
Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	9.031,85	8.027,27	0,27	-1.004,58	-11,12
Outras Prestações Familiares	4.304,60	3.352,56	0,11	-952,04	-22,12
Contribuições para a Segurança Social	455.190,84	468.685,73	15,51	13.494,89	2,96
Acidentes em Serviço e doenças Profissionais	1.901,05	1.919,85	0,06	18,80	0,99
Outras Pensões	0,00	188,04	0,01	188,04	--
Seguros	31.620,94	30.650,03	1,01	-970,91	-3,07
Total Pago no ano	2.974.132,17	3.021.362,75	100,00	47.230,58	1,59

Se paralelamente a este quadro, analisarmos a Demonstração de Resultados, os custos com o pessoal tiveram um acréscimo de € 85.321,53, o equivalente a um acréscimo de 2,87%, passando de € 2.968.218,19 para € 3.053.539,72, valores repercutidos em termos de custos independentemente do seu pagamento ter ocorrido ou não.

Esta tendência é semelhante à do ano anterior, em que o acréscimo dos custos com pessoal foi de 25%, relativamente ao ano de 2012.

2.3.4.1 Recursos Humanos

Tal como se apresenta no quadro seguinte, o reflexo do número de trabalhadores à data de 31 de Dezembro de 2014, para efeitos de Balanço Social, é de **153 pessoas**, sem considerar os eleitos locais e membros do gabinete de apoio, no total 7 elementos, com a seguinte caracterização:

- 4 Comissões de Serviço (Dirigentes Intermédios)
- 144 Trabalhadores em Regime de Contrato de trabalho por tempo indeterminado;
- 8 Trabalhadores em Regime de Contrato de trabalho a termo resolutivo certo;
- 1 Trabalhadores em Regime de Contrato de trabalho a termo resolutivo incerto;

Despesas Pagas no ano		Duodécimos do O. E. recebidos (correntes)	Número de Funcionários		
Ano	Euros		Quadro	Contratual	Total
			Pertencentes ao Mapa Pessoal		
2002	€ 2.515.357,08	100,3%	128	105	233
2003	€ 2.767.313,67	106,23%	133	114	247
2004	€ 2.872.783,02	105,23%	134	116	250
2005	€ 3.042.947,15	109,23%	127	135	262
2006	€ 3.115.431,54	110,45%	127	97	224
2007	€ 3.191.943,62	107,67%	120	70 + 63 + 11 + 5 (Contratados + Poc + Estágios)	269
2008	€ 3.371.708,10	108,32%	114	91	205
2009	€ 3.602.094,17	111,62%	129	62	191*
2010	€ 3.529.638,94	111,59%	132 ⁽¹⁾	59 ⁽²⁾	191*
2011	€ 3.952.815,74	137,09 %	161 ⁽¹⁾	13 ⁽²⁾	174 *
2012	€ 2.788.686,96	85,78%	154 ⁽¹⁾	13 ⁽²⁾	167
2013	€ 2.974.132,17	77,69%	147 ⁽¹⁾	9 ⁽²⁾	156
2014	€ 3.021.362,75	73,11 %	144	9	153

* Dados provenientes do Balanço Social do ano de 2014

⁽¹⁾ Trabalhadores em regime de Contrato de Trabalho para Funções Públicas Por Tempo Indeterminado e Comissões de Serviço.

⁽²⁾ Trabalhadores em regime de Contrato de Trabalho para Funções Públicas Por Tempo Determinado (a termo).

Relativamente ao ano de 2014, o Município de Alcanena **reduziu efetivamente em 3 os trabalhadores**, mantendo uma tendência de redução de efetivos imposta pela Lei Orçamento de Estado.

No Balanço Social de 2014, dos 153 trabalhadores apontados, não estão incluídas as seguintes situações:

- Trabalhadores em regime de mobilidade; - total de 3, sendo uma mobilidade para órgão diferente do Município e duas mobilidades que integraram temporariamente os serviços do Município;

2.3.4.2 Nível Sócio Profissional dos Recursos Humanos

Ao nível Sócio Profissional, podemos afirmar que a Estrutura Humana do Município de Alcanena está distribuída da seguinte forma:

$$\begin{aligned}\% \text{ Efetivos} &= \frac{144 \times 100}{153} = 94,12\% \\ \% \text{ Contratados} &= \frac{9 \times 100}{153} = 5,88\%\end{aligned}$$

Do total dos trabalhadores da Câmara (153) no ano de 2014, 94,12% estão em situação de vinculação definitiva, 5,88% em situação precária de emprego, pois, encontram-se em regime de contrato a termo resolutivo certo e incerto.

2.3.4.3 Nível de Segurança no Emprego

(Saídas e entradas durante o ano de 2014)

Durante o ano de 2014, observaram-se 3 saídas para 0 entradas, cujos motivos da cessação de funções foram:

- Rescisão contratual por iniciativa do trabalhador (1)
- Aposentação (2)

Constatou-se, ainda, que durante o ano de 2013 o Município de Alcanena manteve a tendência na redução do n.º de efetivos, na ordem dos 2%, motivada no caso em concreto por, saída de trabalhadores por aposentação (2) e rescisão contratual (1).

Salienta-se, ainda, que além do Município estar em estrito cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro em matéria de Reorganização dos Serviços, também, cumpriu os normativos legais em matéria de Lei do Orçamento de Estado 2014:

- Redução de 2% do n.º trabalhadores com relação jurídica de emprego público (art.º 62.º - Redução de trabalhadores nas autarquias locais, sem prejuízo do disposto no art.º 55.º - Contratos a termo resolutivo, não renovação dos mesmos).

2.3.4.4 Limites às Despesas com o Pessoal

Até à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, e por força da vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) introduzido pela Lei do Orçamento do Estado para 2010 (Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril), não existia limitação legal às despesas com pessoal dos municípios, sem prejuízo das limitações gerais de despesa que decorressem da Lei das Finanças Locais.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 Outubro, diploma que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias, foi revogada pelo artigo 17.º, do citado diploma o Decreto-Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, não tendo sido estabelecido qualquer limite com despesas de pessoal.

A partir do ano de 2010 e durante o período de vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), foram impostos através das Leis do Orçamento de Estado (anuais), limites em matéria de redução do n.º de efetivos nas autarquias locais e introduzidos mecanismos de controlo ao recrutamento nas autarquias locais, normativos legais que se fizeram sentir em matéria de LOE 2014 (Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro).

2.3.5 – Despesa com Aquisição de Bens e Serviços

Designação da Despesa		Valor pago em 2013	Valor pago em 2014	% sobre o total	Evolução	% de aumento/diminuição
Aquisição de Bens		649.401,06	659.078,87	19,93	9.677,81	1,49
020101	Matérias Primas e Subsidiárias	1.948,05	621,15	0,02	-1.326,90	-68,11
020102	Combustível e Lubrificantes	288.862,50	274.254,08	8,29	-14.608,42	-5,06
020103	Munições, Explosivos e Munições	919,06	2.482,14	0,08	1.563,08	170,07
020104	Limpeza e Higiene	12.513,06	10.141,55	0,31	-2.371,51	-18,95
020105	Alimentação - Refeições Confeccionadas	199.631,47	163.931,43	4,96	-35.700,04	-17,88
020106	Alimentação - Géneros para confeccionar	4.404,69	4.168,21	0,13	-236,48	-5,37
020107	Vestuário e Artigos Pessoais	1.637,20	4.907,31	0,15	3.270,11	199,74
020108	Material de Escritório	12.363,51	18.381,03	0,56	6.017,52	48,67
020109	Produtos Químicos e Farmacêuticos	22.848,85	17.235,86	0,52	-5.612,99	-24,57
020110	Produtos vendidos nas farmácias	0,00	0,00	0,00	0,00	--
020111	Material de Consumo Clínico	6.564,80	11.903,97	0,36	5.339,17	81,33
020112	Material de Transporte - Peças	29.364,96	30.041,18	0,91	676,22	2,30
020113	Material de Consumo Hoteleiro	344,37	419,49	0,01	75,12	21,81
020114	Outro material - Peças	5.140,75	3.709,93	0,11	-1.430,82	-27,83
020115	Prémios, condecorações e ofertas	18.171,36	36.677,17	1,11	18.505,81	101,84
020116	Mercadorias para venda	562,54	622,69	0,02	60,15	10,69
020117	Ferramentas e Utensílios	3.723,30	2.213,05	0,07	-1.510,25	-40,56
020118	Livros e Documentação Técnica	60,00	30,00	0,00	-30,00	-50,00
020119	Artigos Honoríficos e de decoração	3.148,92	5.940,36	0,18	2.791,44	88,65
020120	Material de Educação cultura e recreio	11.516,27	16.207,88	0,49	4.691,61	40,74
020121	Outros bens	25.675,40	55.190,39	1,67	29.514,99	114,95
Aquisição de Serviços		2.566.488,46	2.647.371,50	80,07	80.883,04	3,15
020201	Encargos das Instalações	919.089,95	826.143,67	24,99	-92.946,28	-10,11
020202	Limpeza e Higiene	782.736,15	735.467,93	22,24	-47.268,22	-6,04
020203	Conservação e bens	41.011,33	76.800,51	2,32	35.789,18	87,27
020204	Locação de Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	--
020205	Locação de material de informática	4.677,14	0,00	0,00	-4.677,14	-100,00
020206	Locação de material de transporte	2.340,00	2.205,00	0,07	-135,00	-5,77
020208	Locação de outros bens	11.040,46	7.117,60	0,22	-3.922,86	-35,53
020209	Comunicações	74.147,65	71.327,04	2,16	-2.820,61	-3,80
020210	Transportes	180.270,29	208.221,64	6,30	27.951,35	15,51
020211	Representação dos serviços		94,00	0,00	94,00	--
020212	Seguros	38.378,86	39.028,62	1,18	649,76	1,69
020213	Deslocações e Estadas	1.622,00	0,00	0,00	-1.622,00	-100,00
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	14.831,73	121.490,77	3,67	106.659,04	719,13
020215	Formação	700,00	13.556,35	0,41	12.856,35	1836,62
020216	Seminários, exposições e similares	1.195,16	0,00	0,00	-1.195,16	-100,00
020217	Publicidade	15.171,44	17.060,47	0,52	1.889,03	12,45
020218	Vigilância e Segurança	1.278,60	1.464,13	0,04	185,53	14,51
020219	Assistência Técnica	13.844,81	16.596,73	0,50	2.751,92	19,88
020220	Outros Trabalhos especializados	82.726,23	111.323,72	3,37	28.597,49	34,57
020222	Serviços de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	--
020224	Encargos de Cobrança de receitas	61.827,66	67.642,70	2,05	5.815,04	9,41
020225	Outros Serviços	319.599,00	331.830,62	10,04	12.231,62	3,83
Total Pago no ano		3.215.889,52	3.306.450,37	100,00	90.560,85	2,82

Conforme podemos verificar pela análise da tabela anterior o valor da despesa paga no ano de 2014 referente à aquisição de bens e serviços foi superior ao valor pago em 2013, com um aumento de € 90.560,85, o correspondente a 2,8%.

Se atender-mos ao facto de o valor pago de despesas desta natureza em 2014 incluir € 231.358,50 relativos a despesas contraídas em exercícios anteriores a 2014, o valor de despesa paga relativa ao ano de 2014 foi de € 3.075.091,87.

No final de 2014 estão em dívida € 112.687,17 de despesa desta natureza.

Os bens pagos foram, principalmente: combustíveis e lubrificantes, alimentação confeccionada e prémios, condecorações e ofertas.

Nos serviços, as rubricas com maior peso nas despesas pagas, foram: Encargos de Instalações, Limpeza e Higiene, Outros Serviços, Transportes, Estudos, pareceres, projetos e consultadoria e Outros Trabalhos Especializados.

Também aqui importa referir, que analisando o mapa da demonstração de resultados, os custos com fornecimentos e serviços externos (onde se registam a maioria dos custos com a aquisição de bens e serviços) também aumentou em 2014, na ordem dos 211 mil euros, passando dos 2.903 milhares de euros registados em 2013 para os 3.115 milhares de euros registados em 2014.

No ano de 2014, continuamos com a tendência crescente que se tinha verificado no ano anterior, relativamente às despesas com aquisições de bens e serviços.

2.3.6 – Transferências

No ano de 2014 foram pagas as seguintes transferências correntes:

Designação da Despesa		Valor pago em 2013	Valor pago em 2014	% sobre o total	Evolução	% de aumento/diminuição
040101	Sociedades Públicas	15.000,00	0,00	0,00	-15.000,00	-100,00
040102	Sociedades Privadas	450,00	450,00	0,06	0,00	0,00
040301	Estado		0,00	0,00	0,00	--
04050101	Municípios	36.724,88	31.117,41	3,84	-5.607,47	-15,27
04050102	Freguesias	254.697,50	288.475,70	35,63	33.778,20	13,26
04050104	Associações de Municípios	56.195,30	57.543,47	7,11	1.348,17	2,40
04050107	Assembleias Distritais	4.489,20	2.992,80	0,37	-1.496,40	-33,33
040701	Instituições s/ fins lucrativos	363.091,74	392.421,36	48,47	29.329,62	8,08
040802	Famílias - Outras	43.434,85	36.562,63	4,52	-6.872,22	-15,82
040903	Resto do Mundo - Países Terceiros	0,00	0,00	0,00	0,00	--
Total Pago no ano		774.083,47	809.563,37	100,00	35.479,90	4,58

Em termos globais verificou-se um aumento de € 35.479,90 nos valores das transferências correntes pagas, relativamente ao ano de 2013.

Não se verificaram transferências correntes pagas para as Sociedades Públicas (onde se enquadrava a EMA).

Verificou-se o aumento de transferências pagas às Juntas de Freguesia, às Instituições sem fins lucrativos e às Associações de Municípios.

As transferências para a Assembleia Distrital de Santarém (por extinção), para os Municípios (onde se enquadra o Município de Torres Novas – comparticipação das despesas do Canil Intermunicipal) e para as Famílias foram inferiores aos valores pagos no ano de 2013.

2.3.6.1 - Juntas de Freguesia

O valor transferido para as Juntas de Freguesia totalizou € 348.882,77, sendo € 288.475,70 Transferências Correntes e € 60.407,07 Transferências de Capital (das quais € 24.994,32 foram contraídas em anos anteriores e estão a ser efetuados os pagamentos à respetiva junta através de acordo de pagamento).

No final de 2014 ainda se verifica a dívida no valor total € 24.994,32 à junta de freguesia de Moitas Venda, relativa ao acordo de pagamento formalizado com a respetiva Junta de Freguesia.

Os planos formalizados com as Juntas de Freguesia foram cumpridos, reduzindo deste modo a dívida existente no final de 2010, na ordem dos 500 mil euros para os atuais € 24.994,32 verificados no final de 2014. Em 2014 os pagamentos relativos a estes planos de pagamento foram no valor total de € 24.994,32.

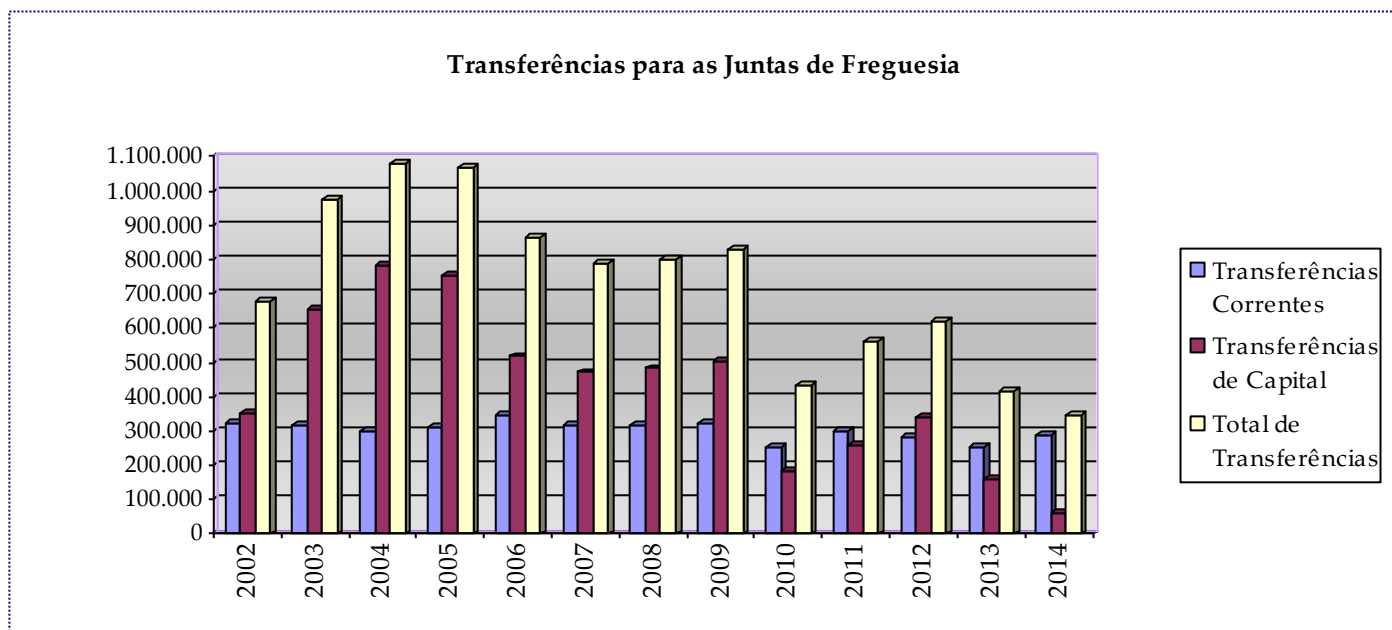
Dos planos de pagamento formalizados, está ainda a decorrer o plano de pagamento com a Junta de Freguesia de Moitas Venda, que termina em dezembro de 2015.

No ano de 2014 foram transferidos para todas as juntas € 37.500,00, distribuídos conforme protocolo de delegação de competências e € 42.155,47 relativos a duodécimos para apoio ao funcionamento das respetivas Juntas de Freguesia.

Iniciou-se neste ano os Acordos de Execução celebrados com as Juntas de Freguesia, de acordo com a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tendo sido transferido para todas as Juntas e Uniões de Freguesia o valor total de € 226.466,41.

Foram ainda comparticipados três investimentos efetuados por juntas de freguesia: a comparticipação do projeto “Rota das Fontes” à Junta de Freguesia de Bugalhos (€ 3.912,75), a comparticipação de pavimentações efetuadas na Rua Dr.ª Carlos Nunes Ferreira, na freguesia de Bugalhos (€ 3.000,00) e a comparticipação da Reparação de Muro na Rua Primeiro de Dezembro, em Vila Moreira, pela União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira (€ 3.500,00)

Foram também efetuadas transferências correntes para as Juntas e Uniões de Freguesias, para comparticipação de custos com pessoas afetas a Contratos Emprego Inserção, com vista ao reforço de meios com vista à prossecução dos objetivos dos acordos de execução.



2.3.7 - Justificação dos Desvios

Vamos fazer de seguida a justificação dos desvios, entre o que foi previsto e o que efetivamente foi realizado.

Quanto às Despesas Correntes, a dotação corrigida era de € 8.563.833,70 e o valor pago efetivamente foi de € 7.702.207,22, com uma taxa de execução de 89,9 %.

No final do ano transitaram em dívida € 131.107,88.

No investimento (Despesas de Capital) o desvio entre o previsto e o efetivamente pago é maior do que o verificado nas Despesas Correntes.

O valor orçado em despesas de capital foi de € 4.434.947,21, e o que foi pago efetivamente foi € 3.249.533,10, representando uma taxa de execução de 73,3%

Importa aqui referir que os compromissos assumidos e não pagos no final do ano de 2014 são no valor total de € 838.687,51, com um registo superior em € 65.142,72, relativamente ao ano de 2013.

A tendência dos últimos anos era decrescente, conforme se pode verificar no quadro seguinte.

O evoluir e valores de compromissos assumidos e não pagos encontra-se assim discriminado:

Class.	Designação	Compromissos por Pagar 2011	Compromissos por Pagar 2012	Compromissos por Pagar 2013	Compromissos por Pagar 2014	Evolução de Compromissos por pagar 2013 para 2014
1	Pessoal	18.935,18	2.662,07	27.435,24	31.945,26	4.510,02
2	Aquisição de bens e serviços correntes	258.584,67	410.820,24	495.649,95	512.262,96	16.613,01
3	Encargos correntes da dívida	168.597,68	1.420,59	326,47	1.632,69	1.306,22
4	Transferências correntes	5.037,75	13.890,03	18.153,19	16.961,67	-1.191,52
5	Subsídios	804,45	83,84	9.005,71	18.651,98	9.646,27
6	Outras despesas correntes	0,00	48,98	1.618,79	683,10	-935,69
	TOTAL DESPESAS CORRENTES	451.959,73	428.925,75	552.189,35	582.137,66	29.948,31
7	Aquisição de bens de investimento	2.635.519,95	940.521,36	212.158,46	248.278,81	36.120,35
8	Transferências de capital	224.316,93	13.534,13	9.196,98	8.271,04	-925,94
9	Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Passivos financeiros	56.170,98	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL DESPESAS CAPITAL	2.916.007,86	954.055,49	221.355,44	256.549,85	35.194,41
	TOTAL GERAL	3.367.967,59	1.382.981,24	773.544,79	838.687,51	65.142,72

Quanto aos compromissos por pagar relativos a despesas de capital, no final de 2014, no valor total de € 256.549,85, importa referir que respeitam principalmente às seguintes empreitadas, cujos contratos foram formalizados e a respetiva execução financeira não se realizou:

- Beneficiação/Remodelação da EN 360 – Minde a Vale Alto: € 17.013,00;
- Percorrer e Reconhecer Alcanena – Rede de Percursos – Reabilitação da Praia Fluvial, Parque de Campismo e Zona Envolvente: € 102.120,19.
- Muro de Contenção no perímetro da Escola EB1 de Alcanena: € 70.235,86

Estes valores totalizam o global de 189 milhares de euros, sendo os restantes 67 mil euros repartidos por diversos projetos de maior ou menor relevo.

No decorrer do ano de 2012 foi publicada a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que veio aprovar as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades pública, vulgarmente designada por LCPA - Lei dos Compromissos em Atraso, cujos Procedimentos necessários à aplicação da citada Lei foram definidos através do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho.

Entre outras regras, veio esta Lei possibilitar efetuar Planos de Pagamento com os fornecedores para dívidas anteriores a 21 de fevereiro de 2012. O município já tinha em anos anteriores formalizados planos/acordos de pagamento com fornecedores de imobilizado, através de empresa de factoring e também com as Juntas de Freguesia.

Nesse sentido foram efetuados os necessários movimentos contabilísticos na aplicação informática em uso, originando deste modo que os valores considerados em planos de pagamentos, cujos pagamentos ocorressem em 2013 e seguintes, deixassem de ter reflexo nos compromissos do ano de 2012, uma vez que acrescem aos compromissos nos respetivos períodos de liquidação.

Deste modo, os compromissos relativos aos planos de pagamento transitados para o ano de 2015 são no valor total de € 247.612,18, assim discriminados:

Factoring: € 117.428,70;

Juntas de Freguesia: € 24.994,32;

Acordo de Pagamento Formalizados pela Empresa de Melhoramentos de Alcanena e incluídos nas contas do Município: € 105.189,16.

Importa referir, que embora estes valores não constem em compromissos por pagar no final de 2014, estão refletidos em termos de dívida às diversas entidades, constantes no Balanço.

No geral, as Despesas Correntes e de Capital pagas apresentam um desvio de 16% relativamente ao orçado, o que equivale a dizer que o índice de concretização foi de 84%.

No presente ano verifica-se o equilíbrio orçamental entre as despesas correntes pagas (€ 7.702.207,22) e as receitas correntes cobradas brutas (€ 10.400.185,35), com uma diferença de 2.698 milhares de euros, o que originou a canalização deste valor para despesas de capital.

2.4 – Equilíbrio Orçamental (artigo 40.º da RFALEI)

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), define no n.º 2 do artigo 40.º, a seguinte regra de equilíbrio orçamental:

“2 — ... a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.”

Deste modo, verifica-se o seguinte, no final do ano de 2014:

Receita corrente bruta: € 10.400.185,35;

Despesa corrente paga: € 7.702.207,22;

Amortizações de empréstimos de médio longo prazo: 1.724.812,54.

O somatório das despesas correntes com as amortizações de empréstimos de MLP é de € 9.427.019,76, pelo que se **cumpre** com a regra de equilíbrio orçamental, com uma margem de € 973.165,59.

2.5 – Execução das Grandes Opções do Plano

O documento Grandes Opções do Plano engloba duas vertentes, a primeira é a que está diretamente relacionada com o Investimento realizado pelo Município – Plano Plurianual de Investimentos, e a segunda engloba os projetos/ações, que embora não sejam investimento por parte da Autarquia, merecem destaque - Atividades Mais Relevantes.

As Grandes Opções do Plano são constituídas pelos seguintes objetivos principais: Funções Gerais, Funções Sociais, Funções Económicas e Outras Funções.

As Funções Gerais são constituídas pelos seguintes programas:

- Administração Geral;
- Proteção Civil e Luta Contra Incêndios.

As Funções Sociais por:

- Ensino Não Superior;
- Serviços Individuais de Saúde;
- Ação Social;
- Habitação;
- Ordenamento do Território;
- Saneamento;
- Abastecimento de Água;
- Resíduos Sólidos;
- Proteção Meio Ambiente e Conservação Natureza;
- Cultura;
- Desporto, Recreio e Lazer;

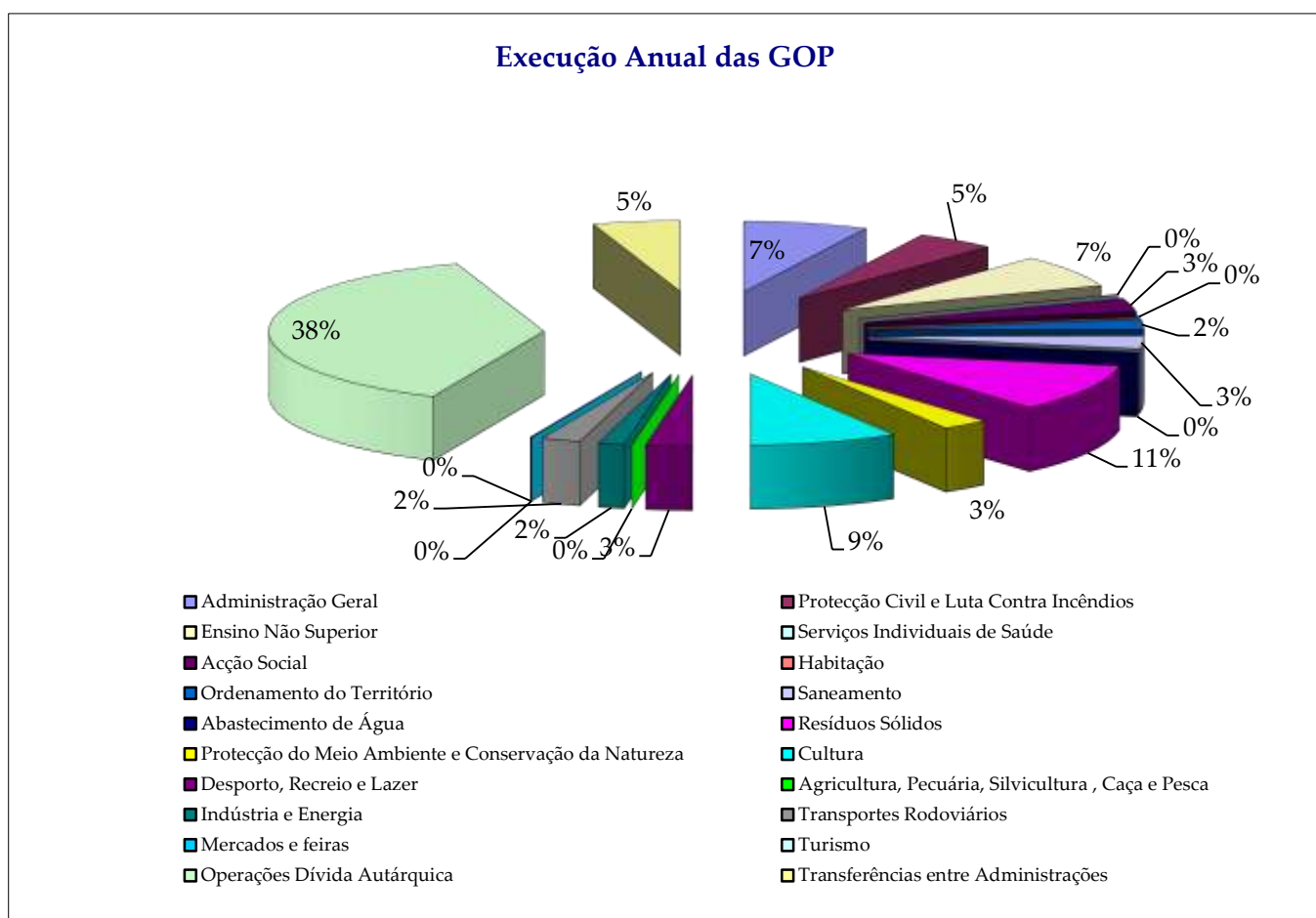
As Funções Económicas são constituídas pelos seguintes programas:

- Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca;
- Indústria e Energia;
- Transportes Rodoviários;
- Mercados e Feiras.

Outras Funções:

- Operações da Dívida Autárquica;
- Transferências entre Administrações;
- Diversas não especificadas.

No ano de 2014 a execução no que respeita às Grandes Opções do Plano, tendo em consideração que o valor pago e refletivo nas GOP foi de € 6.157.841,89, ou seja aproximadamente 56% do valor total pago no ano em análise, foi a seguinte:



No final do ano de 2014 o valor da dívida refletido no mapa das GOP é de € 43.565,08, o equivalente a 6,5 % do valor constante no Balanço, podendo claramente serem identificados os projetos ou ações onde transita a dívida.

A este valor à que considerar o valor dos planos de pagamento cuja liquidação ocorrerá no ano de 2015, conforme acima mencionado no valor total de € 247.612,18, representando 37% do valor de dívida constante no Balanço.

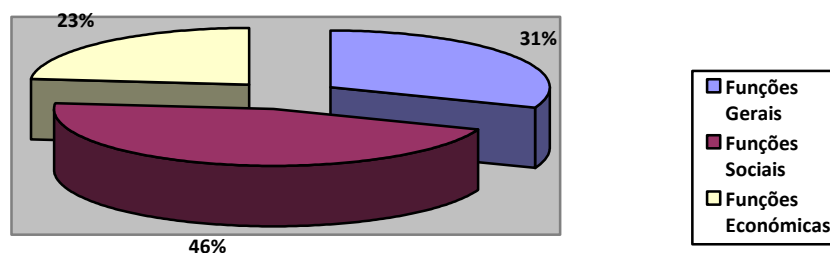
No conjunto, estas dívidas representa 43,5% da dívida de curto prazo.

2.5.1 - Plano Plurianual de Investimentos

Para o ano de 2014 foi previsto investimento na ordem dos 2,1 milhões de euros, tendo sido executado cerca de 1 milhão de euros, o que dá uma taxa de execução de aproximadamente 46,2%.

Obj./Prog.	Designação	Montante Previsto Ano	Montante Executado	%	Execução Anual (%)
01	Funções Gerais	497.566,53	310.222,09	30,9	62,3
111	Administração Geral	406.776,53	239.004,37	23,77	58,8
121	Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	90.790,00	71.217,72	7,08	78,4
02	Funções Sociais	1.371.044,50	459.922,03	45,7	33,5
211	Ensino Não Superior	100.211,93	26.167,50	2,60	26,1
221	Serviços Individuais de Saúde	0	0	--	--
232	Ação Social	3.138,00	1.712,87	0,17	54,6
241	Habitação	360,00	0,00	0,00	0,0
242	Ordenamento do Território	3.550,00	3.075,00	0,31	86,6
243	Saneamento	528.269,12	38.778,94	3,86	7,3
244	Abastecimento de Água	140,00	0,00	--	--
245	Resíduos Sólidos	10,00	0,00	--	--
246	Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	428.236,45	105.640,29	10,51	24,7
251	Cultura	281.060,00	279.918,16	27,84	99,6
252	Desporto, Recreio e Lazer	26.069,00	4.629,27	0,46	17,8
03	Funções Económicas	309.387,54	235.299,04	23,4	76,1
310	Agricultura, Pecuária, Silvicultura , Caça e Pesca	0,00	0,00	0,00	--
320	Indústria e Energia	93.730,87	93.391,44	9,29	99,6
331	Transportes Rodoviários	211.494,67	140.397,70	13,96	66,4
341	Mercados e feiras	4.162,00	1.509,90	0,15	36,3
342	Turismo	0,00	0,00	0,00	--
	Total PPI	2.177.998,57	1.005.443,16	100,00	46,2

Foi no objetivo Funções Sociais, onde se efetuaram pagamentos de maior valor relativos a investimentos, representando 45,7% do total de Investimento realizado em 2014, sendo seguido pelas Funções Gerais com 30,9% e Funções Económicas com 23,4%, conforme se pode visualizar no seguinte gráfico:



No objetivo relativo às Funções Sociais, os pagamentos com maior relevo foram os relativos a:

- Museu do Curtume: € 123.471,28 (terminando a regularização do passivo relativo à construção do mesmo);
- Aquisição do Imóvel relativo à Fábrica da Cultura em Minde: € 150.000,00 (terminando o pagamento relativo à sua aquisição):

O objetivo das Funções Sociais apresentou uma taxa de execução anual de Investimento na ordem dos 55%.

2.5.1.1 - Funções Gerais

O Objetivo Funções Gerais abrange dois Programas: a Administração Geral e a Proteção Civil e Luta Contra Incêndios. No primeiro foram executados € 239.004,37 e no segundo € 71.217,72.

Na Administração Geral investiu-se principalmente na aquisição de Equipamento Informático para a DDSU – Divisão de Desenvolvimento Sustentável e Urbanismo (€ 33.888,35), na Conservação da Casa da Cultura (€ 15.731,44) e na Reparação de Viaturas (€ 12.420,19).

O investimento pago associado à dívida relativa ao processo de Dissolução da Empresa de Melhoramentos de Alcanena foi no valor de € 159.197,09.

Na Proteção Civil o principal investimento realizado foi efetuado no âmbito da reparação de viaturas, no valor global de € 63.025,89, destacando-se a transformação da

viatura Mercedes UNIMOG, no valor de € 37.100,00. Ao nível da proteção civil, investiu-se também na aquisição de equipamento básico, no valor de € 7.997,83.

2.5.1.2 - Funções Sociais

No âmbito das Funções Sociais o programa relativo à Cultura foi o programa onde se realizou maior investimento: € 279.918,16.

Neste Programa, importa fazer referência ao valor de € 123.471,28 pagos relativos ao projeto do Museu do Curtume (finalizando a regularização do passivo existente) e ao valor de € 150.000,00 relativo à aquisição do Imóvel relativo à Fábrica da Cultura em Minde (finalizando a sua aquisição).

A segunda área com maior investimento pago no âmbito das funções sociais, foi o programa relativo à Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, com destaque para os investimentos realizados relativamente ao projeto “Percorrer e Conhecer Alcanena – Rede de Percursos Municipais, com o valor global de € 100.263,28.

Este projeto tem financiamento comunitário de 60%, considerando apenas o valor do investimento sem IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado.

Relativamente ao programa do Saneamento foi pago o valor de € 37.551,90 respeitante a parte da Assistência Técnica Especial da Empreitada de Remodelação da Rede de Coletores, também financiado.

No âmbito do Ensino não Superior foram efetuados investimentos realizados com a reparação de Jardins de Infância, no valor de € 15.645,25 e com a reparação de Escolas do 1.º ciclo do ensino básico no valor de € 9.506,61.

2.5.1.3 - Funções Económicas

No âmbito das Funções Económicas, com o total de investimento pago de € 235.299,04, foi o programa relativo aos Transportes Rodoviários foi onde mais se investiu (€ 140.397,70), seguido do Programa relativo à Indústria e Energia, com o valor pago de € 93.391,44.

No programa Transportes Rodoviários, destaca-se os pagamentos efetuados relativos à Beneficiação/Remodelação da EN 360 – Minde a Vale Alto, com o valor de € 94.575,27.

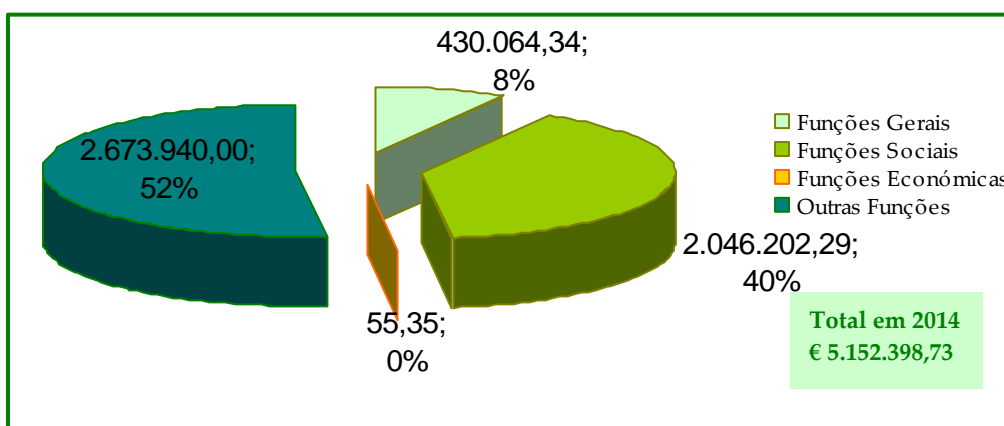
Neste programa também tiveram relevo, os pagamentos efetuados no projeto relativo a Caminhos Municipais, com o valor pago de € 32.613,22, decorrente de regularização de passivos.

No programa da Indústria e Energia, evidencia-se a Zona Industrial de Minde, com o valor realizado de € 87.670,84, relativo à regularização de passivos da execução de infraestruturas.

2.5.2 - Atividades Mais Relevantes

Ao nível das Atividades Mais Relevantes, foram executados/pagos em 2014, € 5.152.398,73, sendo repartido da seguinte forma:

- Funções Gerais: € 430.064,34;
- Funções Sociais: € 2.046.202,29;
- Funções Económicas: € 2.192,10.
- Outras Funções: € 2.673.940,00.



Em Funções Gerais destacam-se os seguintes projetos/ações:

- CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo;
- Quotizações;
- Boletim Municipal;
- Estágios Profissionais;
- EMA – Empresa de Melhoramentos de Alcanena – Processo de Dissolução;
- Manutenção de Viaturas dos Bombeiros Municipais;

- Equipa de Sapadores Florestais;
- Participações aos Bombeiros Voluntários de Minde;
- Liga dos Amigos dos Bombeiros Municipais de Alcanena;
- DECIF – Dispositivo Especial de Combate a Incêndios;

Em Funções Sociais foram os seguintes projetos/ações com maior execução:

- Refeitórios Escolares;
- Aquisição de Serviços de Transportes Escolares;
- Atividades de Enriquecimento Curricular a Escolas do 1.º Ciclo;
- Apoio a atividades escolares;
- Passeios Séniores;
- Almoço Convívio Sénior;
- Apoio a Estudantes do Ensino Superior;
- Empresa de Inserção – Conservação Ambiente;
- Contratos Emprego Inserção;
- Contratos Emprego Inserção +;
- Apoio ao Associativismo Local;
- Projeto Alcanena Município Solidário;
- Plano Municipal para a Igualdade do Género;
- Planos Municipais de Ordenamento do Território;
- Plano Municipal de Promoção de Acessibilidades no Concelho de Alcanena (RAMPA)
- Transferências para Juntas de Freguesia em matéria de Ordenamento do Território;
- Exploração da ETAR Minde/Mira de Aire
- Manutenção e Controle de Etar e Estações Elevatórias;
- Luságua (Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos);
- Resitejo (Resíduos Sólidos Urbanos);
- Conservação e Manutenção do Cemitério Municipal de Alcanena;
- Canil / Gatil Intermunicipal (comparticipação custos de gestão);
- Associação Centro de Ciência Viva do Alviela;

- Percorrer e Conhecer Alcanena – Rede de Percursos Municipais;
- Dinamização da Biblioteca Municipal;
- Museu da Boneca;
- Museu da Aguarela;
- Museu do Curtume;
- Dinamização Cine-Teatro S. Pedro;
- Artemrede;
- Apoio ao Associativismo Local;
- Gala/Festival Internacional de Folclore;
- Jogos Florais;
- Festival Materiais Diversos;
- Comemoração do Centenário da Fundação do Concelho;
- Contratos Programa com Coletividades e Apoio ao Associativismo Local;
- Férias Ativas;
- Seniores Ativos;
- Centros de Condição Física;

Em Outras Funções:

- Operações da Dívida Autárquica;
- Transferências para as Juntas de Freguesia – Duodécimos, comparticipação de projetos, delegações de competências e Acordo de Execução;

3 - ANÁLISE AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

3.1 - Balanço

Importa referir que no ano de 2014, continuamos com o aperfeiçoamento dos procedimentos relativos à especialização do exercício, conforme se tinha já iniciado em 2012, atendendo a um adequado registo de custos e proveitos no respetivo exercício económico a que respeitam, com os necessários registos de correção à conta de Resultados Transitados, bem como no que respeita a custos e proveitos de 2014 cujos registos dos respetivos documentos de recebimento e pagamento apenas se contabilizam no ano de 2015, por registo nas respetivas contas de acréscimos de proveitos e de acréscimos de custos.

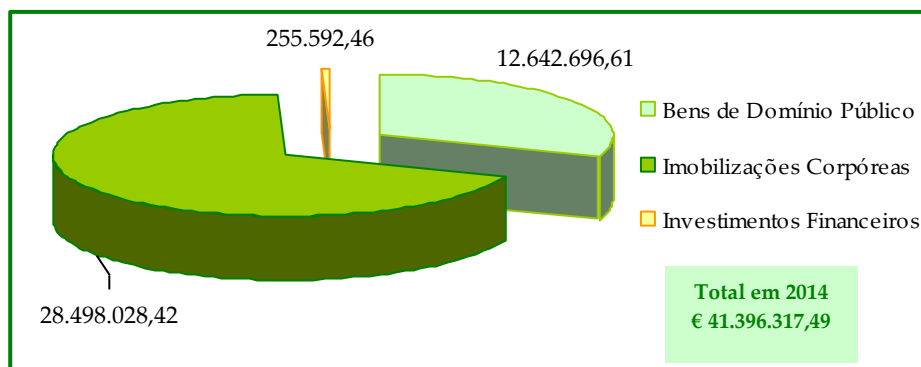
Todas estas melhorias à contabilidade patrimonial foram acompanhadas pelo Revisor Oficial de Contas nomeado para o efeito.

3.1.1 – Ativo

No final do exercício de 2014, o Ativo Bruto do Município de Alcanena acusou um total de € 62.853.545,46, com € 16.707.273,34 de Amortizações Acumuladas e € 266.231,80 de Provisões de Cobrança Duvidosa, o que totaliza € 45.880.040,32 de Ativo Líquido.

Em termos de Ativo Fixo (Imobilizado Líquido) o valor total é de € 41.396.317,49, distribuído da seguinte forma:

- Bens de Domínio Público: € 12.642.696,61
- Imobilizações Corpóreas: € 28.498.028,42
- Investimentos Financeiros: € 255.592,46.



O valor do Ativo Fixo representa 90% do Ativo Líquido total, percentagem inferior em 2 pontos percentuais à verificada no ano anterior.

Em 2014 verificámos, relativamente ao ano anterior, um aumento no valor do Imobilizado Bruto da Autarquia, o que espelha o investimento contínuo do Município.

O valor do Imobilizado Líquido no ano de 2014 é inferior ao Imobilizado Líquido no final de 2013, influenciado principalmente pelo valor de amortizações do exercício.

O valor das amortizações acumuladas passou dos € 15.095.834,15 registados em 2013 para os € 16.707.273,34 verificados no final de 2014.

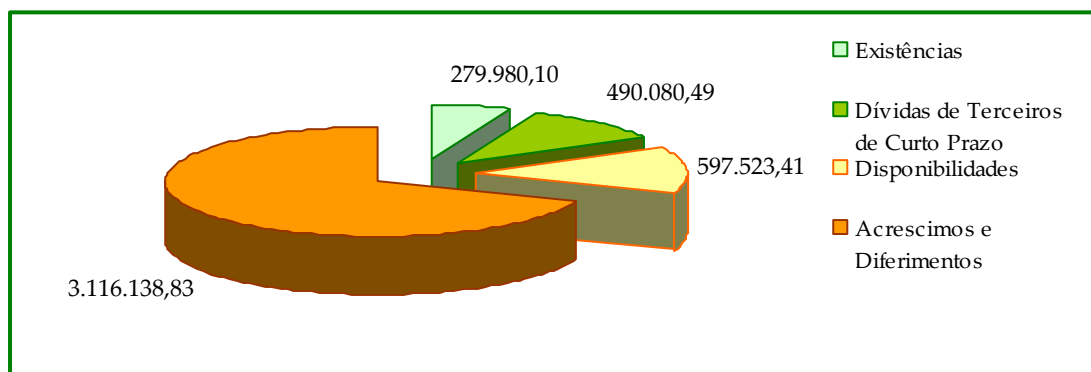
Em relação ao ativo circulante, verificámos no final do exercício € 4.483.722,83, sendo repartido na seguinte forma e percentagens em relação ao Ativo Líquido:

‣Existências: € 279.980,10 (0,61%)

‣Dívidas de Terceiros de Curto Prazo: € 490.080,49 (1,07%) (sendo correspondente ao valor de dívidas de € 756.312,29 deduzido das provisões de cobranças duvidosa)

‣Disponibilidades: € 597.523,41 (1,30%)

‣ Acréscimos e Diferimentos: € 3.116.138,83 (6,79%)



De salientar que o valor das existências corresponde ao valor da Habitação em Vila Moreira construída para venda.

O valor da dívida de terceiros aumentou em relação ao ano anterior.

Os principais valores por receber o final de 2013, são os seguintes:

- Saneamento: € 21.224,58;
- Transferências Relativas a Educação – DREL: € 83.845,95;
- Serviços e Fundos Autónomos: € 16.820,72;
- Serviços e Fundos Autónomos – Subsist. Prot.Famil. Polit. Act. EFP: € 10.244,23;
- Água: € 134.672,68;

- Aluguer de Autocarros: € 5.452,83;
- Aluguer de Espaços e Equipamentos Diversos: € 5.070,89;
- Transportes efetuados por Bombeiros/Ambulâncias: € 82.765,97;
- Trabalhos por conta de Particulares: € 137.823,56;
- FEDER – PORC: € 69.324,69;

Sobre as dívidas existente, foram constituídas provisões no valor total de € 266.231,80, sobre dívidas de terceiros, que pela sua antiguidade, não se espera vir a efetuar a respetiva cobrança. Este valor foi reforçado no ano de 2014 em € 2.373,09.

Os valores em cobrança duvidosa, são os seguintes:

Conta	Designação	Valor
21810202060101	Mercado Municipal de Alcanena	3.434,78
21810202060102	Mercado Municipal de Minde	3.647,41
21810202069999	Outros	124,70
218104012302	Loteamentos e obras	3.741,60
218104012306	Saneamento	21.224,58
21810401239999	Outras Taxas Específicas	58,84
218107010801	Habitação Social	1.794,42
218107010802	Água	134.672,68
218107020102	Aluguer de Autocarros	1.719,90
218107020110	Aluguer de espaços e equipamentos - Diversos	5.922,38
218107020904	Trabalhos por conta de particulares	78.940,44
218107020908	Parques de Campismo	405,94
218107020910	CCV - Alojamento	1.265,00
218107020911	CCV - Entradas e outras Receitas	622,10
2181070301	Habitações	3.677,64
2181070302	Edifícios	5.145,27

3.1.2 - Fundos Próprios, Passivo e Proveitos Diferidos

No que respeita aos Fundos Próprios e Passivo (de igual valor ao ativo líquido), 55,8% desse valor é de Fundos Próprios, sendo que no final do exercício em apreciação o valor da conta 51 – Património, é de € 20.199.031,62, ou seja, 78,9% do total dos Fundos Próprios.

Poder-se-á referir, que o valor dos Fundos Próprios corresponde praticamente ao real valor, dado que se encontra inventariados e valorizados os bens de domínio público municipal e outros bens de domínio privado, bem como, também se encontram efetuadas

as respetivas amortizações e imputação a períodos anteriores, através dos correspondentes registos às contas de resultados transitados.

Neste ano, o Município obteve um resultado líquido do exercício positivo no valor de € 2.368.527,44.

Da aplicação do Resultado Líquido dos Exercícios anteriores, surgiu o valor de € 702.364,10 (2,7% dos Fundos Próprios), referente a Reservas Legais.

Os resultados transitados de anos anteriores são no valor de € 2.216.831,23, tendo em consideração que aos € 505.705,12 existentes no final de 2013 foram acrescidos parte dos resultados líquido de 2014 e também foram efetuadas diversas movimentações relativas à especialização do exercício.

Os valores registados na conta de resultados transitados, foram os seguintes:

A débito

- Foi registado o valor de € 89.033,07 para reforço da conta de Reservas Legais, relativo à aplicação de resultados do ano de 2013, conforme determinado no relatório de gestão de 2013;

- Foram registados 32 movimentos de retificação de saldos de receitas registados em anos anteriores, no valor global de € 7.975.91;

- Por aplicação do Princípio da Especialização do Exercício foram registados 5 movimentos no valor total de € 25.165,71 relativo a custos que efetivamente deveriam ser atribuídos ao exercício anterior;

- Foi registado o valor de € 324,70 relativo à regularização do recebimento do Pagamento Especial por conta que teve origem na Dissolução da Empresa de Melhoramento de Alcanena no ano de 2013.

- Foi registado o valor de € 1.003,38, correspondente à cota parte da participação na Município, S.A., efetuada pela CIMT e na sequência da venda da participação efetuada pela CIMT em 29 de dezembro de 2014.

A crédito

- A transição de resultados de 2013, conforme determinado no relatório de gestão de 2013, pelo valor de € 1.780.661,49;

- O valor total de € 355,55 resultante da correção de valores de anos anteriores, relacionados com valores registados em duplicado ou indevidamente registados nas

respetivas contas de terceiros, ou ainda pelo lançamento de notas de crédito de fornecedores relativas a anos anteriores;

- Foi registado o valor de € 53.611,79 relativo à regularização do saldo de operações de tesouraria constante na conta 249122, conforme deliberado pela Câmara Municipal em 01-09-2014.

Há que referenciar ainda, o valor de € 49.092,16 de Reservas decorrentes de transferências de ativos (provenientes da ComUrb, atual CIMT) e de € 57.094,63 de Doações de bens efetuadas ao Município. Este último valor com acréscimo em 2014 do valor de € 11.500,00 relativo a uma viatura doada pela Liga dos Amigos dos Bombeiros Municipais de Alcanena.

No Passivo, o valor total é de € 12.166.300,92, inferior ao de 2013 (€14.546.933,17), sendo que € 11.461.285,17 (94%) são de Dívidas de Médio Longo Prazo a instituições de crédito e ao Estado Português e € 705.015,75 são Dívidas de Curto Prazo, repartidas da seguinte forma:

- Fornecedores c/c: € 104.373,12;
- Fornecedores – Faturas em receção e conferência: € 76.503,77;
- Fornecedores de Imobilizado c/c: € 110.618,85;
- Estado e Outros Entes Públicos: € 62.993,99;
- Administração Autárquica: € 24.994,32;
- Outros Credores: € 208.103,00;
- Empresas de Factoring: € 117.428,70;

Os valores acima mencionados nas rubricas de “Fornecedores – Faturas em receção e conferência”, são relativos a documentos, na sua maioria que aguardam conferência pelos serviços.

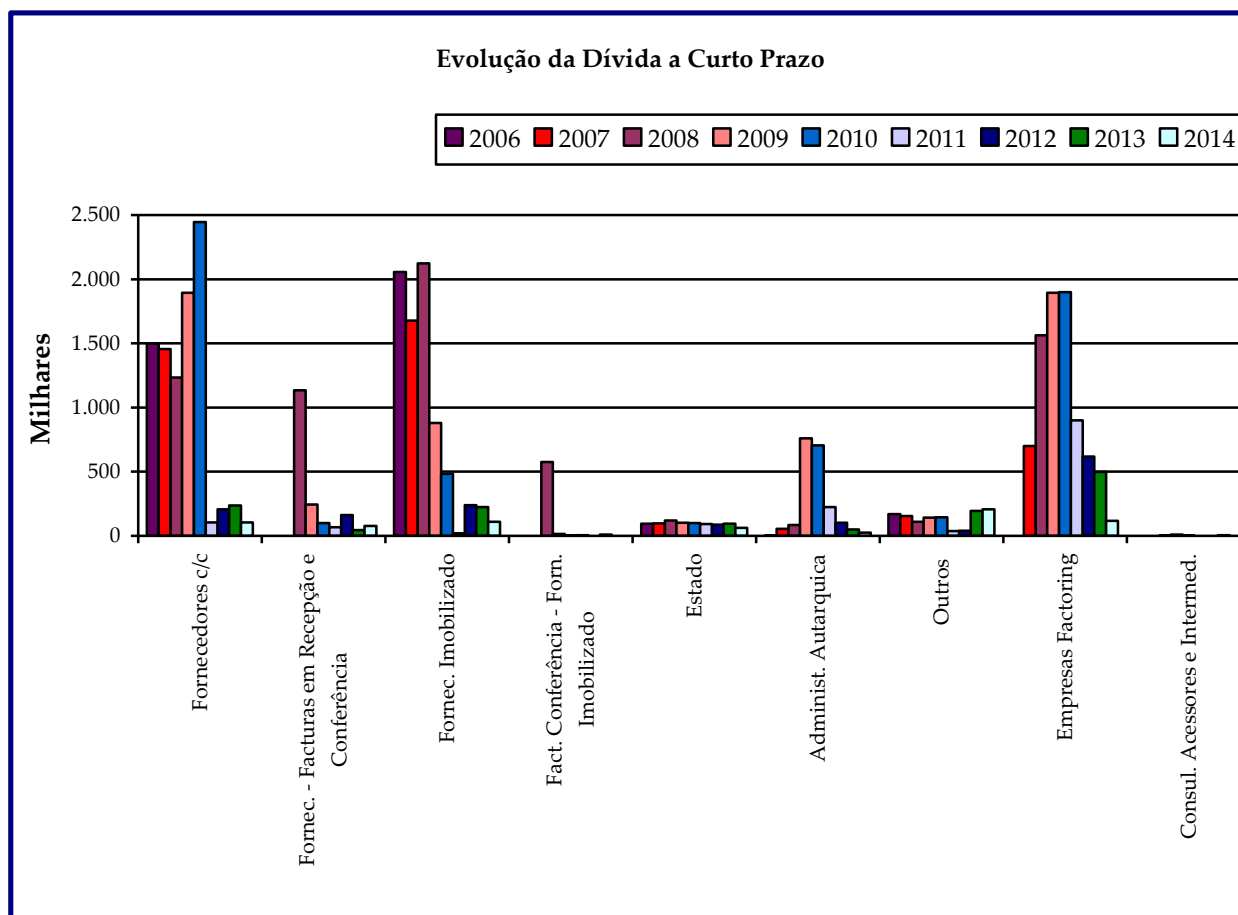
As Dívidas de Curto Prazo diminuíram em € 655.819,71, relativamente ao valor verificado em 31-12-2013, enquanto de as dívidas de médio longo prazo diminuíram em € 1.724.812,50.

No global, o Município de Alcanena, no ano de 2014, reduziu o seu passivo em 2.381 milhares de euros, sendo também de realçar que o valor de dívidas de curto é o mais baixo de sempre, desde que foi implementada a contabilidade patrimonial, ou seja com a aplicação do POCAL no ano de 2002.

Importa aqui referir que do valor total da dívida de Empréstimos de Médio e Longo Prazos no final do ano de 2014, € 2.849.773,14 (25%) são de empréstimos excecionados dos

cálculos, quer do Limite Geral de Empréstimos, quer do Limite de Endividamento Líquido Municipal e € 8.611.512,03 são considerados nos limites referidos.

O gráfico seguinte ilustra o evoluir da dívida de curto prazo, de acordo com as rubricas espelhadas no Balanço.

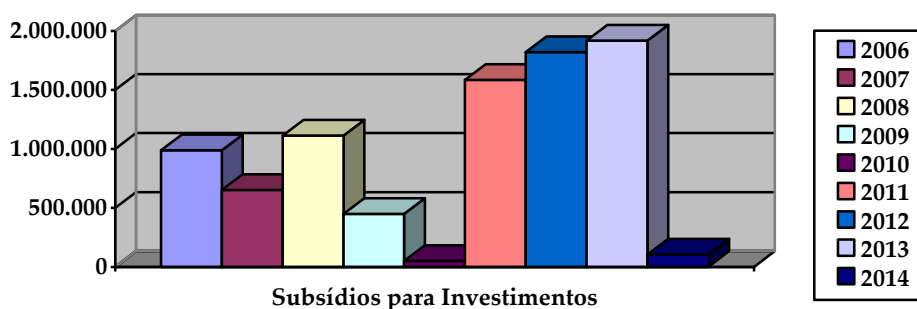


3.2 - Demonstração de Resultados

3.2.1 – Proveitos Diferidos

No ano de 2006 iniciou-se o registo contabilístico das transferências de capital obtidas para comparticipação de investimentos, de acordo com o definido no POCAL, nas respetivas contas de Subsídios para Investimentos, (correspondente às contas de terceiros da classe 274), cujo cálculo dos proveitos diferidos é efetuado na mesma proporção da taxa de amortização dos bens a que os mesmos dizem respeito.

O gráfico seguinte ilustra o evoluir dos valores registados em Subsídios para Investimentos recebidos, desde o ano de 2006.



No ano de 2007 iniciou-se o cálculo dos proveitos diferidos para os bens inventariados e com subsídios para investimentos atribuídos, na taxa proporcional à sua amortização.

Importa referir que do valor dos subsídios contabilizados em Proveitos Diferidos, ainda não foram efetivamente recebidos € 69.324,69 relativos à Requalificação da Estrada Moita-Alcanena.

No ano de 2013 do valor total de subsídios ao investimento registados (€ 1.916.755,68), € 1.238.082,03 foram relativos ao valor dos subsídios ao investimento com origem na Empresa de Melhoramentos de Alcanena, transitados para as contas do Município, juntamente com o respetivo imobilizado.

Em termos totais, obtivemos/reconhecemos os seguintes valores de proveitos diferidos:

Ano de 2007: € 6.865,75;
Ano de 2008: € 78.819,74;
Ano de 2009: € 119.882,85;
Ano de 2010: € 137.011,49;
Ano de 2011: € 139.098,60;
Ano de 2012: € 224.125,94;
Ano de 2013: € 322.134,93;
Ano de 2014: € 358.481,89.

No Final do ano de 2014, a conta de subsídios para investimentos apresenta um saldo final (saldo inicial + subsídios recebidos no ano - proveitos diferidos reconhecidos) de € 7.273.342,16, distribuído pelas seguintes componentes:

- Rede de Saneamento Serra S. António, Casais da Moreta e Covão do Feto: € 898.747,61;
- Requalificação Urbana em Alcanena: € 100.043,54;
- Requalificação Urbana em Minde: € 24.272,09;
- Centro de Ciência Viva do Alviela: € 103.440,71;
- Museu do Curtume: € 894.826,28;
- Museu da Aguarela e da Boneca: € 195.965,02;
- Jardim Municipal: € 605.215,89;
- Estrada Minde – Vale Alto: € 1.373.271,77;
- Estrada Moita-Alcanena: € 1.231.191,98;
- Casa da Cultura: € 66.631,37;
- Percorrer e Conhecer Alcanena: € 57.712,79;
- Projeto Médio Tejo – Gestão em SIG: € 10.188,72;
- Remodelação do Centro de Ciência Viva: € 130.354,51;
- Programa Agris (Caminhos): € 62.178,29;
- Jardim 24 de Julho em Vila Moreira: € 26.897,60;
- LEADER II - Proj 313 - Parque de Campismo (ADIRN): € 7.857,71;
- Quartel dos Bombeiros Municipais: € 207.608,62;
- Equipa de Sapadores Florestais: € 25.666,66;
- Comparticipações ANPC (Equipamento de Bombeiros): € 27.809,62;
- Projeto GIP (IEFP): € 2.611,92;
- CCDRLVT – Subsídio EMA: € 1.217.447,02;

- Donativo para Aquisição Ambulância – ABTM: € 21.402,43.

3.2.2 - Resultados Operacionais

O mapa da Demonstração de Resultados do exercício de 2014 acusa resultados operacionais no valor de € 1.734.680,45, resultante da diferença entre os Proveitos Operacionais (€ 10.395.524,89) e os Custos Operacionais (€ 8.660.844,44).

O valor dos proveitos operacionais foi superior ao verificado no ano de 2013 (€ 10.363.712,83), em cerca de 31 mil euros.

Como anteriormente se havia referido na análise efetuada à Receita da Autarquia, uma boa parte dos proveitos é originada por Transferências Obtidas (50%). Verificou-se um ligeiro acréscimo nos proveitos vindos de transferências obtidas, em cerca de 23 mil euros.

De realçar que as transferências para investimentos são registadas nas contas de subsídios para investimentos e por consequência os proveitos só irão ser reconhecidos na proporção das respetivas amortizações dos investimentos.

Os proveitos relacionados com Impostos e taxas foram de € 3.391.061,15, representado cerca de 33% dos proveitos operacionais. Relativamente ao ano de 2013 sofreram uma ligeira diminuição de 11 mil euros.

Esta diminuição deveu-se principalmente ao acréscimo do valor de reembolsos e restituições de IMI.

Verificou-se um acréscimo de proveitos de impostos indiretos, influenciado principalmente pela rubrica relativa a loteamentos e obras, em que o proveito evoluiu dos € 30.165,48 registados em 2013, para os € 84.159,20 registados em 2014.

Os proveitos relativos a taxas também foram superiores aos verificados em 2013, com um acréscimo na ordem dos 30 mil euros.

Os proveitos obtidos pela venda de bens e prestações de serviços representam cerca de 17% dos proveitos operacionais, tendo-se verificado aumento relativamente ao ano anterior em cerca de 19 mil euros, conforme foi também a tendência nos três anos anteriores.

Os proveitos relativos a prestação de serviços, foram superiores aos valores do ano anterior, com um acréscimo de cerca de 26 mil euros. Este aumento teve origem

principalmente no acréscimo dos proveitos relativos aos trabalhos por conta de particulares (onde se enquadra a faturação dos ramais de saneamento).

Os proveitos relativos aos transportes efetuados pelos bombeiros teve um decréscimo acentuado, quando comparado com o ano de 2013, na ordem dos 83 mil euros. Este decréscimo foi influenciado pelo facto de no ano de 2013 se terem faturado serviços relativos ao ano anterior.

Quanto aos custos operacionais, também foram superiores aos verificados no ano de 2013 (€ 8.263.390,76), em cerca de 397 mil euros.

Se no ano de 2013 eram os Custos com Pessoal que representavam a maior fatia dos custos operacionais (35,9%), seguido dos Fornecimentos e Serviços Externos (35,1%), no ano de em análise são os custos dos Fornecimentos e Serviços Externos que representam maior peso nos custos operacionais (36%). Os custos com pessoal representam 35% daqueles custos.

Os custos com pessoal aumentaram relativamente ao ano anterior cerca 85 mil euros, o equivalente a um aumento de 2,9 %, e os custos com Fornecimentos e Serviços externos cerca de 211 mil euros, o equivalente a um aumento de 7,3 %.

Verificou-se aumento nos seguintes custos, relativamente ao ano de 2013: Eletricidade, Artigos para Oferta, Conservações e Reparações, Publicidade e Propaganda, Limpeza, Higiene e Conforto, Trabalhos Especializados, e Outros Serviços.

No ano de 2014 verificou-se diminuição dos custos com Combustíveis e com Água.

O peso das amortizações do exercício é de 18,8% face aos custos operacionais, sendo que relativamente ao ano anterior verificou-se um aumento de cerca de 76 mil euros, ou seja mais 4,9%.

O custo com as transferências correntes e subsídios concedidos, aumentaram cerca de 48 mil euros, invertendo a tendência verificada nos últimos dois anos.

No ano de 2012 foram de € 821.065,43, no ano de 2013 foram de € 726.233,65 e neste ano foram de € 774.371,43, portanto representado um aumento de 6,6%.

Conforme se mencionou acima, o valor global dos proveitos operacionais registou um acréscimo de 31 mil euros, enquanto que o valor global dos custos operacionais registou um acréscimo de 397 mil euros, originando a redução dos resultados operacionais em cerca de 366 mil euros (- 17% quando comparado com o ano de 2013).

3.2.3 - Resultados Financeiros

Em 2014, também à semelhança de anos anteriores, os resultados financeiros foram negativos em € 342.147,91, resultado da diferença dos Proveitos Financeiros (€ 477,54) e os Custos Financeiros (€ 342.625,45).

O valor dos custos financeiros é maioritariamente de juros de empréstimos a médio e longo prazo (€ 317.930,50), conforme evidenciado no mapa de empréstimos desta prestação de contas, verificando-se relativamente ao ano anterior diminuição na ordem dos 46 mil euros.

A diminuição da Euribor, indexante dos empréstimos, para mínimos históricos deu o seu contributo para essa diminuição, assim como a amortização do capital em dívida, que em 2014 foi de 1,725 M€.

Importa referir que 4,5% dos juros suportados com os empréstimos de Médio e Longo Prazo (€ 14.315,18), são referentes a empréstimos excecionados dos cálculos dos limites de endividamento.

Os juros de mora por atrasos em pagamentos, no ano de 2014 representaram o valor de € 11.107,04, e os juros do empréstimo de curto prazo o valor de € 2.616,68.

3.2.4 - Resultados Extraordinários

No exercício de 2014 os resultados extraordinários são no valor de € 975.994,90, resultantes da diferença entre os proveitos extraordinários no valor de € 1.167.017,53, e os custos extraordinários no valor de € 191.022,63.

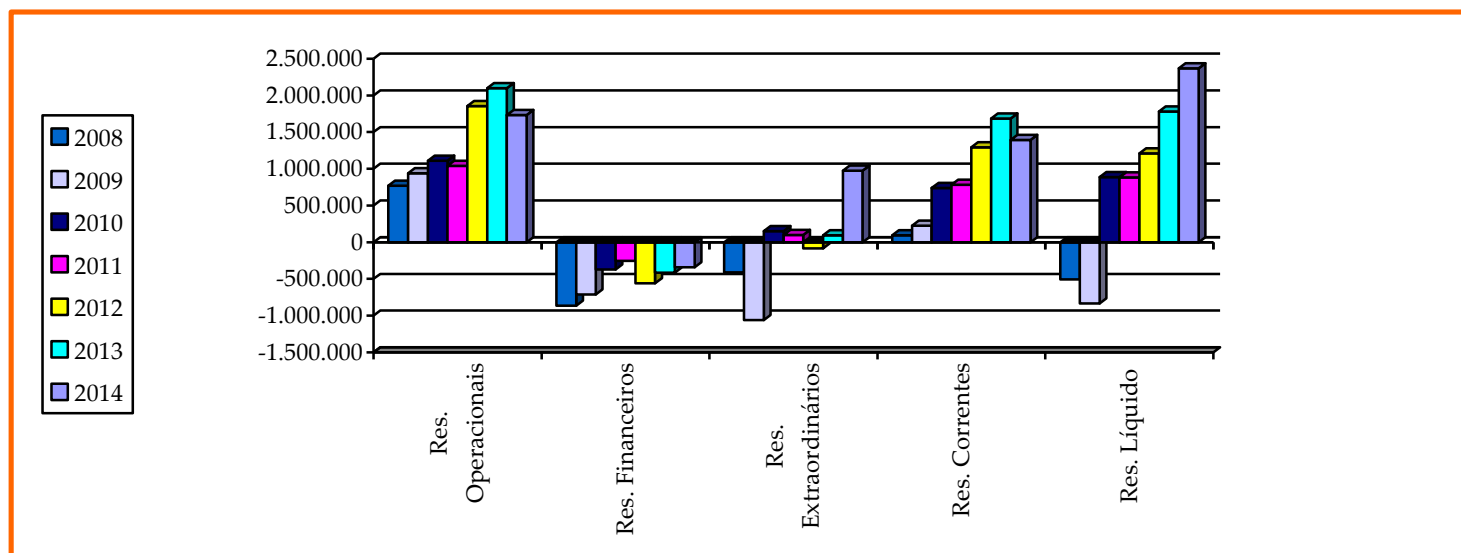
Os proveitos extraordinários registados no ano de 2014, tiveram origem principalmente nas correções relativas a exercícios anteriores, no valor de € 101.099,59 e nos proveitos diferidos relativos a subsídios ao investimento (€ 358.481,89).

As correções relativas a exercícios anteriores foram relativas a IMI de 2013, cujo valor foi entregue pela Autoridade Tributária e Aduaneira no ano de 2014, no valor de acréscimo de € 273.611,44 e relativas a Derrama de anos anteriores, cujo valor de acréscimo foi de € 404.407,23.

Relativamente aos custos extraordinários, a rubrica com maior peso foi as Transferências de Capital Concedidas – principalmente para Instituições sem Fins Lucrativos, para as Juntas de Freguesia e para Associações de Municípios – no valor de € 153.286,29, € 35.412,75 e € 5.314,39, respetivamente.

No ano de 2014 foram também efetuadas correções relativas a exercícios anteriores no valor global de € 17.627,29.

Evolução dos Resultados do Exercício



Relativamente ao exercício anterior, ocorreu o decréscimo nos Resultados Operacionais, que naturalmente vai influenciar os resultados correntes.

Este acréscimo, já o analisámos anteriormente, foi principalmente influenciado pelo acréscimo dos custos operacionais.

Ocorreu um evoluir positivo dos Resultados Financeiros, influenciado pelo menor valor de juros pagos relativos a empréstimos de médio e longo prazo, consequência de menor valor de capital em dívida e uma menor taxa da Euribor

Os resultados extraordinários foram bastante positivos, em consequência do maior recebimento de impostos diretos, conforme já se referiu.

No ano de 2014 o valor global dos Proveitos e Ganhos foi superior em cerca de 765 mil euros relativamente ao ano anterior, correspondente a mais 7%, seguindo a tendência dos anos anteriores.

Já no que diz respeito aos custos e perdas, antes de resultados líquidos, também foram superiores aos registados no ano anterior, em cerca de 177 mil euros, ou seja sofreram um aumento de cerca de 2 % relativamente ao ano de 2013.

Considerando que o aumento dos proveitos foi superior ao aumento dos custos, naturalmente deu origem a que o resultado líquido do exercício fosse superior ao do ano anterior.

**4 - ANÁLISE AO LIMITE DA DÍVIDA TOTAL (RFALEI), ENDIVIDAMENTO
LÍQUIDO E LIMITE GERAL DE EMPRÉSTIMOS DE MEDIO LONGO PRAZO
(LFL) e PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO**

Atualmente a atividade financeira do Município encontra-se regulada, entre outra legislação específica, pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI).

A citada lei define e limite o Limite da Dívida Total do Município, forma de cálculo, entidades relevantes para o mesmo limite e respetivas formas de imputação dos respetivos contributos.

Não obstante a Lei das Finanças Locais (LFL), aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, ter sido revogada pelo RFALEI, o plano de saneamento financeiro do Município de Alcanena foi elaborado com vista ao cumprimento do limite de Endividamento Líquido Total, definido através do artigo 37º da citada Lei n.º 2/2007, pelo que para efeitos de cumprimento do Plano de Saneamento Financeiros, entenda-se verificação dos limites que serviram de pressupostos à elaboração do mesmo, continua a aplicar-se ao Município de Alcanena o então definido pela LFL, em matéria de limite de endividamento líquido municipal e limite geral de empréstimos de médio longo prazo.

4.1 – Atividade Empresarial Local e Participações Locais

Considerando que o cálculo do endividamento líquido municipal e limite geral de empréstimos, conforme se encontra definido no artigo 36º da revogada LFL, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, nomeadamente que, para efeitos de cálculos do limite de endividamento líquido e do limite de empréstimos contraídos, o conceito de endividamento líquido total de cada município, inclui:

- a) O endividamento líquido e os empréstimos das associações de municípios proporcional à participação do município no seu capital social;*
- b) O endividamento líquido e os empréstimos das entidades que integram o setor empresarial local e das entidades a que se refere o n.º 4 do artigo 32º do regime jurídico do sector*

empresarial local, proporcional à participação do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico do sector empresarial local.

A Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, veio aprovar o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, definindo o conceito de empresas locais e de participações locais.

Considerando também que são relevantes para efeitos de limite da dívida total, as entidades elencadas no artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 setembro, nomeadamente:

“1 — Para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, são ainda incluídos:

a) Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;

b) As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento;

c) As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.os 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei;

d) As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município;

e) As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total.

2 — As entidades previstas na alínea b) do número anterior incluem também as associações participadas não exclusivamente por municípios, desde que tenham por objeto a prossecução das atribuições e competências destes.

3 — Caso, nas situações referidas nas alíneas c) a e) do n.º 1, sejam entidades intermunicipais ou entidades associativas municipais a participar no capital ou a deter o controlo ou a presunção de controlo sobre entidades dessa natureza, a respetiva percentagem do endividamento relevante a imputar a cada município resulta da que lhe corresponde na entidade associativa, de acordo com as regras constantes da alínea b) do n.º 1.

4 — Para efeitos do apuramento da dívida total de cada município não é considerada a dos serviços municipalizados e intermunicipalizados, bem como as das entidades intermunicipais ou entidades associativas

municipais que esteja simultaneamente reconhecida na contabilidade do município ou dos municípios detentores.”

Neste sentido, importa identificar quais as participações e entidades em que o Município participa, respetivas participações e contributos para o endividamento líquido, limite de empréstimos e dívida total.

ENTIDADES SOCIETÁRIAS

Designação da entidade	NPC/NIF	Forma jurídica	Capital total Social	Capital social detida pelo Município em 31-12-2014	% capital social detida pelo Município em 31-12-2014
Compinena - Companhia Imobiliária de Alcanena, S.A.	503 030 430	SA	€ 3.137.041,30	€ 250.246,00	7,98%
Sociedade Portuguesa de Empreendimentos SPE, S.A.	500 837 287	SA	€ 10.000.000,00	€ 92,00	0,00%
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	503 956 538	SA	€ 12.500.000,00	€ 5.225,00	0,04%

ENTIDADES NÃO SOCIETÁRIAS

Entidade Participada		Tipo de Entidades	CAE	Capital Estatutário	Contribuição em 2014		
Denominação	N.I.P.C.				Forma de Realização		Obs.
					Meios Monetários	Em Espécie	
1	2	3	4	5	6	7	8
ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte	502690267	ASU	91333	€ 2.119,89	€ 5.000,00		Valor relativo a Quota
ADS - Assembleia Distrital de Santarém	680013067	OQA	84113		€ 2.992,80		Valor relativo a Quota
ADSAICA - Associação de Desenvolvimento das Serras de Aire e Candeeiros	502500867	ASU	91333		€ 1.197,11		Valor relativo a Quota
AMEGA - Associação de Municípios para o Estudo e Gestão da Água	503875970	AM	91333		€ 338,18		Valor relativo a Quota
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	AM	91333		€ 4.756,00		Valor relativo a Quota
APDA - Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Água	501944893	ASU			€ 450,00		Valor relativo a Quota
Artemrede - Teatros Associados	507174615	ASU	94995		€ 11.020,00		Valor relativo a Quota
Associação Centro Ciência Viva do Alviela	509565697	ASU	94995		€ 10.000,00	Cedência das Instalações do Centro de Ciência Viva	Apoio ao funcionamento de acordo com os estatutos
CIMT - Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo	502106506	AM	84130		€ 45.103,68		Valor relativo a Quota
FBDT - Federação dos Bombeiros do Distrito de Santarém	507488512	ASU	91333		€ 120,00		Valor relativo a Quota
Grupo Amigos do Jardim Zoológico	501836489	ASU	91333		€ 25,00		Valor relativo a Quota
LBP - Liga dos Bombeiros Portugueses	500920680	ACU	94995		€ 250,00		Valor relativo a Quota
MédioTejo21-Agência Reg.Energ.Ambiente Méd.Tejo Pinhal Sul	508993628	ASU			€ 1.920,00		Valor relativo a Quota
RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo	503914096	ASU	38212	€ 4.489,20	€ 4.800,00		Valor relativo a Quota

Com vista à determinação do contributo de cada entidade, foram recolhidos os dados financeiros relativos ao ano de 2014, das entidades relevantes.

Embora algumas entidades ainda não terem aprovado as respetivas contas, foram enviados os elementos necessários ao respetivo apuramento, podendo no entanto alguns desses dados e respetivos contributos poderem vir a ser modificados.

4.2 – Limite da Dívida Total

Encontra-se consagrado no artigo 52.^a da RFALEI, a definição de Limite da Dívida Total sendo que:

“1 — A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.^o, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 — A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.^o, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Deste modo o Limite da Dívida Total do Município de Alcanena para o ano de 2014, é no valor de € 12.667.834,29.

No final do ano de 2014, o Município acusa o valor total de € 11.461.285,17 de dívida de médio e longo prazo e € 705.015,75 de dívida de curto prazo, sendo que desta última € 101.805,64 são relativos a dívidas de operações não orçamentais, resultando o valor global da Dívida Total do Município (sem entidades externas) de € € 12.064.495,28.

Atendendo ao limite acima mencionado, o Município de Alcanena terminou o ano de 2014 com uma margem de € 603.339,01.

O contributo de entidades relevantes, de acordo com o artigo 54.^o da Lei 73/2013, de 3 de setembro, é no valor global de € 125.529,15, conforme se resume no quadro seguinte:

Serviços Municipalizados	€ 0,00
Entidades Intermunicipais e entidades associativas municipais	€ 4.535,89
Empresas Locais e participadas	€ 40.677,33
Cooperativas e Fundações	€ 0,00

Entidades de Outra Natureza, desde que se verifique controlo ou presunção de controlo (artigo 75º, n.º 4)	€ 8.446,59
As associações participadas não exclusivamente por municípios	€ 71.869,34
Total Entidades Relevante	€ 125.529,15

O contributo das entidades relevantes, acima mencionado foi tendo em consideração as seguintes entidades e respetivos valores, conforme se identifica no quadro seguinte:

RFALEI - Artigo 54º - Entidades Relevantes para Efeitos de limite da Dívida total

n.º 1, alínea a) Serviços Municipalizados Não se verifica qualquer entidade desta natureza

n.º 1, alínea b) Entidades Intermunicipais e entidades associativas municipais

Entidade	Resultado Antes de Imposto em 31-12-2014	% de Participação / Imputação do Município 1)	Passivo Total 2)	Saldos Contas 292, 273 e 274 3)	Operações de Tesouraria 4)	Dívida total de Operações Orçamentais 5) = 2) - 3) - 4)	Contribuição para a Dívida Total 6) = 5) * a)
CIMT - Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo	Positivo	6,62%	€ 88.844,47	€ 0,00	€ 32.671,19	€ 56.173,28	€ 3.718,67
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Negativo	0,32%	€ 290.013,02	€ 0,00	€ 34.632,42	€ 255.380,60	€ 817,22 *
AMEGA - Associação de Município para o Estudo e Gestão da Água	Positivo	0,86%	€ 568,12		€ 568,12	€ 0,00	€ 0,00
Notas * Valor comunicado pela ANMP relativos a 31-12-2014						Sub Total	€ 4.535,89

n.º 1, alínea c) Empresas Locais e participadas

Entidade	Resultado Antes de Imposto em 31-12-2014	% de Participação / Imputação do Município 1)	Passivo Total 2)	Saldos Contas 29; 272 e 282 3)	Operações de Tesouraria 4)	Dívida total de Operações Orçamentais 5) = 2) - 3) - 4)	Contribuição para a Dívida Total 6) = 5) * a)
Compinena - Companhia Imobiliária de Alcanena, S.A.	Negativo	7,98%	€ 534.286,86	€ 21.395,32	€ 3.150,60	€ 509.740,94	€ 40.677,33
Sociedade Portuguesa de Empreendimentos SPE, S.A.	Negativo	0,00%	€ 24.233.523,23				€ 0,00 **
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	Positivo	0,04%	€ 60.747.800,27				€ 0,00
Notas ** Empresa integrada no Setor Empresarial do Estado						Sub Total	€ 40.677,33

n.º 1, alínea d) Cooperativas e Fundações Não se verifica qualquer entidade desta natureza**n.º 1, alínea e) Entidades de Outra Natureza, desde que se verifique controlo ou presunção de controlo (artigo 75º, n.º 4)**

art. 75º, n.º 4, alínea c), i) De poder
 art. 75º, n.º 4, alínea c), ii) De resultado
 art. 75º, n.º 5, alínea a) Faculdade de vetar os orçamentos
 art. 75º, n.º 5, alínea b) A possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão
 art. 75º, n.º 5, alínea c) A detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes
 art. 75º, n.º 5, alínea d) A capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios
 art. 75º, n.º 5, alínea e) A assunção de responsabilidades subsidiária pelos passivos de outra entidades

Entidade	Resultado Antes de Imposto em 31-12-2014	% de Participação / Imputação do Município 1)	Passivo Total 2)	Saldos Contas 29; 272 e 282 3)	Operações de Tesouraria 4)	Dívida total de Operações Orçamentais 5) = 2) - 3) - 4)	Contribuição para a Dívida Total 6) = 5) * a)
Associação Centro de Ciência Viva do Alviela	Positivo	100,00%	€ 172.986,73	€ 161.116,08	€ 3.424,06	€ 8.446,59	€ 8.446,59
						Sub Total	€ 8.446,59

n.º 2 As associações participadas não exclusivamente por municípios, desde que tenham por objeto a prossecução das atribuições e competências destes.

Entidade	Resultado Antes de Imposto em 31-12-2014	% de Participação / Imputação do Município 1)	Passivo Total 2)	Saldos Contas 29; 272; 278 e 282 3)	Operações de Tesouraria 4)	Dívida total de Operações Orçamentais 5) = 2) - 3) - 4)	Contribuição para a Dívida Total 6) = 5) * a)
RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento de Lixos do Médio Tejo	Positivo	4,96%	€ 20.247.122,21	€ 747.686,58	€ 2.143.680,65	€ 17.355.754,98	€ 14.908,04 b)
Artemrede - Teatros Associados	Negativos	5,34%	€ 42.523,99	€ 22.627,74	€ 4.776,19	€ 15.120,06	€ 807,41
ADSAICA - Associação de Desenvolvimento das Serras de Aire e Candeeiros	Negativos	11,00%	€ 34.716,99		€ 2.314,17	€ 32.402,82	€ 3.564,31
ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte	Positivo	13,83%	€ 654.465,19	€ 276.850,42	€ 6.859,01	€ 370.755,76	€ 51.275,52
MédioTejo 21 - Agência Regional de Energia e Ambiente da Região do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul	Ainda não apurado	4,35%	€ 38.640,91	€ 4.549,56	€ 3.883,13	€ 30.208,22	€ 1.314,06
						Sub Total	€ 71.869,34

b) Dados relativos a 31-12-2014 (provisórios) de acordo com a imputação da Assembleia Geral de 11-11-2014 e Assembleia Municipal de 28-11-2014

Considerando as entidades relevantes, de acordo com o artigo 54.º da RFALEI, o valor da Dívida Total, com referência a 31 de dezembro de 2014 é de € 12.190.024,43, sendo neste caso a margem de € 477.809,86.

4.3 – Limite de Endividamento Líquido Municipal

Não obstante a Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, ter sido revogada pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o plano de saneamento financeiro do Município de Alcanena foi elaborado com vista ao cumprimento do limite de Endividamento Líquido Total, definido através do artigo 37º da citada Lei n.º 2/2007.

Tendo em conta que relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro (PSF), reportado à data de 31-12-2014, elaborado de acordo com a alínea c) do n.º 5 do artigo 59º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, conjugado com o definido no artigo 86º da mesma lei, e que este artigo 86º se reporta à anterior alínea c) do artigo 40º da revogada Lei 2/2007, de 15 de Janeiro (LFL - Lei das Finanças Locais), julga-se pertinente continuar com a análise ao revogado limite de Endividamento Líquido Total.

Nesse sentido, e de acordo com os cálculos efetuados, em 2014 o limite de endividamento líquido municipal para o Município de Alcanena é de € 9.015.995,80.

Neste sentido, no final do ano de 2014, atendendo à diferença entre a soma dos passivos e a soma dos ativos, excluindo também os empréstimos de médio e longo prazo excecionados do limite geral de empréstimos, o Endividamento Líquido do Município de Alcanena, é de € 5.322.581,32, portanto € 3.693.414,48 inferior ao limite definido.

Neste montante está também considerada a contribuição das Participações do Município nas Associações de Municípios, em Empresas Locais, nas Empresas Participadas, na proporção da sua participação no capital social (nos casos em que o Resultado antes de impostos seja negativo).

No final do ano de 2014, contribuiu para o cálculo do endividamento líquido Municipal a “COMPINENA – Companhia Imobiliária de Alcanena, S.A.”, com o valor de € 41.267,59, a “AMEGA - Associação de Município para o Estudo e Gestão da Água”, com o valor de € 568,12 e a “CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo”, com o valor negativo de € 154.731,76. O Saldo das três contribuições é pois favorável ao Município em € 112.896,05.

4.4 – Limite Geral de Empréstimos de Médio Longo Prazo

A revogação acima mencionada da anterior Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, efetuada pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, aplica-se também ao definido em matéria de Limite Geral de Empréstimos de Médio Longo Prazo, pelo que se julga igualmente pertinente continuar com a análise ao revogado limite Geral de Empréstimos de Médio Longo Prazo.

Nesse sentido, fixava a Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, veio através do seu artigo 39º os limites à contratação de empréstimos de médio longo de cada município.

O limite de empréstimos de médio longo prazo para o Município de Alcanena é de € 7.212.796,64.

O valor de empréstimos a considerar no referido limite é de € 8.639.960,03, portanto superior em € 1.427.163,39 ao limite acima mencionado.

No presente ano a contribuição das Associações de Municípios, das empresas locais e das participações locais é de € 28.447,99, nomeadamente, o referente à COMPINENA – Companhia Imobiliária de Alcanena, S.A., uma vez que, e de acordo com o Balanço a 31 de Dezembro de 2014 a empresa apresentou resultados antes de impostos negativos.

4.5 – PMP – Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores

Adesão ao Prede – Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado
(Pagar a Tempo e Horas)

No âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro, que fixou as Condições de Contratualização de empréstimos financeiros de médio e longo prazo para pagamentos de dívidas a fornecedores e respetivas condições de elegibilidade, e tendo em conta também a Resolução de Conselho de Ministros n.º 191-A/2008, de 27 de Novembro, que fixou as condições de elegibilidade para a 2.ª Fase, o Município de Alcanena candidatou-se para a contratação de tais financiamentos.

O montante elegível para o Município de Alcanena foi no total de € 2.935.013,00, sendo 60% (€ 1.761.008,00) contratado com o Banco Santander Totta, S.A. e 40% (€ 1.174.005,00) com o Estado Português através da DGTF – Direcção-Geral do Tesouro e Finanças.

O objetivo principal dos empréstimos visa a redução do prazo médio de pagamentos a fornecedores.

Esse prazo é dado pelo indicador do Prazo Médio de Pagamento, calculado tendo em consideração a já citada Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro, com adaptações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de Abril.

O objetivo a atingir é o seguinte, conforme disposto na cláusula terceira do contrato de empréstimo com a DGTF, que se transcreve:

Cláusula Terceira

(Objectivos de redução do prazo médio de pagamentos a fornecedores)

1. Com vista à redução progressiva e sustentada do prazo médio de pagamentos a fornecedores do MUTUÁRIO, são estabelecidos pelo presente contrato objectivos anuais de prazos de pagamento, de acordo com o disposto no n.º 39 do Anexo à RCM n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro, até 2018.
2. Para os efeitos do presente contrato, o prazo médio de pagamento a fornecedores (PMP) do MUTUÁRIO define-se pelo disposto nos n.ºs 6, 7 e 56 do Anexo à RCM n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro.
3. Para o ano de 2009, o MUTUÁRIO estabelece como objectivo praticar um PMP inferior ao maior dos seguintes valores:
 - a. 40 dias;
 - b. valor que resulta da aplicação da seguinte formula:

$$PMP_{2008} - \frac{F \times 0,5}{A_{2008}} \times 365$$

PMP₂₀₀₈ – PMP registado no final do 4.º trimestre de 2008

F – Montante global do financiamento obtido (Estado e IC)

A₂₀₀₈ – Valor das aquisições de bens e serviços realizadas no ano de 2008

4. Para os anos de 2010 a 2013, os objectivos de prazos de pagamentos e o respectivo grau de cumprimento estabelecem-se com base no PMP do ano anterior e de acordo com a tabela seguinte:

Grau de cumprimento do objectivo

	<i>Superação</i>	<i>Cumprimento</i>	<i>Incumprimento</i>
PMP do ano anterior inferior a 45 dias	PMP < 30d	30d ≤ PMP < 40d	PMP ≥ 40d
PMP do ano anterior superior ou igual a 45 dias	Redução do PMP superior a 25%	Redução do PMP no intervalo [15%;25%]	Aumento do PMP ou redução inferior a 15%

5. Para os anos de 2014 a 2018, o objectivo é manter o PMP abaixo do maior dos seguintes valores:

5.1. O PMP registado no ano de 2013;

5.2. 40 dias.

De seguida evidencia-se a evolução do PMP verificado no Município de Alcanena, com vista ao cumprimento do objetivo de reduzir o PMP para valores inferiores a 40 dias.

Ano	Trimestre	PMP (dias)	Objetivo “mínimo”
2008	4.º	217	
2009	4.º	260	PMP inferior 114 dias
2010	4.º	476	Não cumprido
2011	4.º	228	Não cumprido
2012	4.º	35	Cumprido, dado que é inferior a 40 dias
2013	4.º	38	Cumprido, dado que é inferior a 40 dias
2014	4.º	60	Não cumprido

Face à evolução verificada pelo Município de Alcanena, enviou o Ministério das Finanças e da Administração Pública, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, o ofício com a referência DSAF/DGE/PREDE I, com data de 11/03/2011, dando conta dos acréscimos verificados por incumprimento dos objetivos fixados para o final do ano de 2009.

No final do ano de 2009, o Município deveria ter atingido a meta mínima de 114 dias, quando na realidade se verificaram 260.

Deste modo ao spread final serão acrescidos 0,30 pontos percentuais, sendo 0,20 pontos percentuais por aplicação do ponto n.º 3 da cláusula 6ª e 0,10 pontos percentuais por aplicação do ponto n.º 4 da cláusula 6ª.

No que ao ano de 2010 respeita, enviou o mesmo Ministério, o ofício com a referência 200.20.16/DSAF/DGE/PREDE I, com data de 02/11/2011, dando conta dos acréscimos verificados por incumprimento dos objetivos fixados para o final de 2010.

No final do ano de 2010, o Município estava em situação de incumprimento, passando dos 260 dias verificados em 2009 para os 476 dias.

De igual modo ao spread final serão acrescidos 0,30 pontos percentuais, sendo 0,20 pontos percentuais por aplicação do ponto n.º 3 da cláusula 6ª e 0,10 pontos percentuais por aplicação do ponto n.º 4 da cláusula 6ª.

Face aos valores verificados no final dos anos de 2009 e 2010, verifica-se um valor acumulado de + 0,60 % para efeitos de cálculo do spread do empréstimo contratado com o Estado Português.

No que ao ano de 2011 respeita, enviou o citado Ministério, o ofício com a referência 200.20.16/DSAF/DGE/PREDE I, com data de 10/08/2012, dando conta da superação verificada por cumprimento dos objetivos fixados para o final do ano de 2011.

No final do ano de 2011, o Município estava em situação de cumprimento, uma vez que passou dos 476 dias verificados em 2010 para os 228 dias verificados no final de 2011.

Deste modo ao spread final serão deduzidos 0,20 pontos percentuais à taxa do spread.

Relativamente aos valores verificados no final do ano de 2012, a DGTF – Direção-Geral do Tesouro e Finanças, enviou e-mail no dia 14 de janeiro de 2014, dando conta da superação verificada por cumprimento dos objetivos fixados para o final do ano de 2012.

No final do ano de 2012, o Município estava em situação de cumprimento, uma vez que passou dos 228 dias verificados em 2011 para os 35 dias verificados no final de 2011.

Deste modo ao spread final serão deduzidos 0,20 pontos percentuais à taxa do spread.

Face aos valores verificados no final dos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012, verifica-se um valor acumulado de + 0,20 % para efeitos de cálculo do spread do empréstimo contratado com o Estado Português.

Por e-mail enviado em 29 de novembro de 2014, a DGTF – Direção-Geral do Tesouro e Finanças, informou o Município que o spread a praticar no ano de 2014 seria de 0,20%, em resultado dos resultados alcançados desde a contratação dos empréstimos, pelo que na prestação que se venceu no mês de dezembro de 2014, à Euribor foi acrescido o spread de 0,2%.

Considerando que no presente ano de 2014 não foi atingido objetivo, no próximo ano o spread será acrescido de 0,3%.

5 - RÁCIOS ORÇAMENTAIS

5.1 – Rácios de Investimento

➤ Peso do Investimento na Despesa Total Paga

$$\frac{{}^1 \text{Investimento}}{\text{Despesa Total}} = \frac{€ 3.249.533,10}{€ 10.951.740,32} * 100 = 29,7\%$$

Despesa Total € 10.951.740,32

5.2 - Rácios de Gestão

➤ Peso dos Empréstimos no Investimento Autárquico Pago

$$\frac{\text{Empréstimos}}{{}^1 \text{Investimento}} = \frac{€ 300.000,00}{€ 3.249.533,10} * 100 = 9,2\%$$

1 Investimento € 3.249.533,10

➤ Peso da Aquisição de Bens e Serviços na Despesa Total Paga

$$\frac{\text{Aquisição de Bens e Serviços}}{\text{Despesa Total}} = \frac{€ 3.306.450,37}{€ 10.951.740,32} * 100 = 30,2\%$$

Despesa Total € 10.951.740,32

➤ Peso dos Juros + Amortizações de Empréstimos na Despesa Total Paga

$$\frac{{}^2 \text{Juros} + {}^3 \text{Amortizações}}{\text{Despesa Total}} = \frac{€ 359.392,14 + € 2.024.812,54}{€ 10.951.740,32} * 100 = 21,7\%$$

Despesa Total € 10.951.740,32

¹ Engloba todas as despesas de capital

² Engloba todos os juros pagos (empréstimos e outras operações)

³ Engloba também o valor de amortização de empréstimo de curto prazo

➤Peso dos Impostos na Receita Total

$$\frac{\text{Impostos Diretos}}{\text{Receita Total}} = \frac{€ 3.404.287,83}{€ 11.329.569,63} * 100 = 30,0\%$$

Receita Total € 11.329.569,63

➤Peso das Vendas de Bens e Serviços correntes na Receita Total

$$\frac{\text{Venda de Bens e Serviços}}{\text{Receita Total}} = \frac{€ 1.747.728,08}{€ 11.329.569,63} * 100 = 15,4\%$$

Receita Total € 11.329.569,63

➤Peso dos Empréstimos na Receita Total

$$\frac{\text{Empréstimos}}{\text{Receita Total}} = \frac{€ 300.000,00}{€ 11.329.569,63} * 100 = 2,6\%$$

Receita Total € 11.329.569,63

➤Peso das Transferências na Receita Total

$$\frac{\text{Transferências correntes e capital}}{\text{Receita Total}} = \frac{€ 4.769.250,73 + € 534.693,99}{€ 11.329.569,63} * 100 = 46,8\%$$

Receita Total € 11.329.569,63

5.3 - Rácios Económico/Financeiros

➤Rentabilidade Líquida do Ativo

$$\text{RLA} = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Ativo}} = \frac{€ 2.368.527,44}{€ 45.880.040,32} * 100 = 5,16\%$$

Ativo € 45.880.040,32

➤Endividamento

$$\text{End.} = \frac{\text{Passivo}}{\text{Ativo}} = \frac{€ 12.166.300,92}{€ 45.880.040,32} * 100 = \mathbf{26,5\%}$$

Ativo € 45.880.040,32

$$\text{End.} = \frac{\text{Ativo}}{\text{Fundos Próprios}} = \frac{€ 45.880.040,32}{€ 25.592.941,18} * 100 = \mathbf{179,27\%}$$

Fundos Próprios € 25.592.941,18

➤Endividamento a Médio e Longo Prazo

$$\text{E.M.L.P.} = \frac{\text{Empréstimos a M.L.P.}}{\text{Passivo}} = \frac{€ 11.461.285,17}{€ 12.166.300,92} * 100 = \mathbf{94,2\%}$$

Passivo € 12.166.300,92

➤Solvabilidade

$$\text{Solvabilidade} = \frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Passivo}} = \frac{€ 25.592.941,18}{€ 12.166.300,92} * 100 = \mathbf{210,36\%}$$

Passivo € 12.166.300,92

➤Liquidez

$$\text{Liquidez} = \frac{\text{Act. Circulante}}{\text{Exigível a C. Prazo}} = \frac{€ 4.749.954,63}{€ 1.549.532,32} * 100 = \mathbf{306,54\%}$$

Exigível a C. Prazo € 1.549.532,32

➤Reservas Legais

$$\text{Reservas Legais} = \frac{\text{Activo Líquido}}{\text{Reservas Legais}} = \frac{€ 702.364,10}{€ 45.880.040,32} * 100 = \mathbf{1,53\%}$$

Activo Líquido € 45.880.040,32

Quadro de Evolução de Rácios

RÁCIOS	2006 %	2007 %	2008 %	2009 %	2010 %	2011 %	2012 %	2013 %	2014 %
Peso do Investimento na Despesa Total	40	25	27	36	27,8	35,2	40,0	34,8	29,7
Peso dos Empréstimos no Investimento Autárquico	28	4,4	2,1	58,6	--	95,6	4,4	4,8	9,2
Peso da Aquisição de Bens e Serviços na Despesa Total	21	29	24	24,6	27	29,3	22,6	28,0	30,2
Peso dos Juros + Amortizações de Empréstimos na Despesa Total	5,6	5,7	8,4	11,8	15,7	15,4	17,9	19,1	21,7
Peso dos Impostos na Receita Total	20,1	19,3	19,0	17,1	19,1	15,5	15,5	24,9	30,0
Peso das Vendas de Bens e Serviços Correntes na Receita Total	10,7	22,0	11,7	13,4	13,4	9,9	12,9	17,5	15,4
Peso dos Empréstimos na Receita Total	11,5	1,1	0,6	21,1	--	33,7	1,7	1,6	2,6
Peso das Transferências na Receita Total	53,25	53,97	64,3	44,4	54,4	39,4	63,1	52,2	46,8
Rentabilidade Líquida do Ativo	1,1	0,2	- 1,2	- 1,9	2,1	1,98	2,71	3,86	5,16
Endividamento (Passivo/Ativo)	41,4	41,1	43,9	45,4	42,6	39,3	36,4	31,5	26,5
Endividamento (Ativo/ Fundos Próprios)	178,45	182,40	203,55	209,75	197,63	196,49	204,39	199,15	179,27
Endividamento a Médio e Longo Prazo	76,28	74,80	63,4	69,99	67,93	91,73	91,1	90,65	94,2
Solvabilidade	135,29	133,44	113,81	104,94	118,71	129,41	134,41	159,44	210,36
Liquidez	34,61	21,15	16,19	15,54	11,66	57,08	173,98	160,16	306,54
Reservas Legais	1,13	1,16	1,07	1,07	1,08	1,14	1,24	1,33	1,53
Rotação dívida de curto prazo (dias)	116	138	235	155	207	32	45	43	22

Indicador	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
PMP – Prazo Médio de Pagamento	96 dias	217 dias	261 dias	476 dias	228 dias	35 dias	38 dias	60 dias
Endividamento Líquido Municipal	Excedeu € 497.185,06	Excedeu € 3.077.868,13	Excedeu € 4.355.036,56	Excedeu € 2.765.996,42	Margem de € 53.495,70	Margem de € 3.107.318,13	Margem de € 116.180,89	Margem de € 3.693.414,48
Limite Geral de Empréstimos MLP	Não excedeu € 721.913,67	Não excedeu € 486.533,94	Excedeu € 1.760.270,64	Excedeu € 156.917,65	Excedeu € 3.748.815,74	Excedeu € 3.304.012,07	Excedeu € 3.161.893,39	Excedeu € 1.427.163,39

6 - PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO

Nos termos do disposto no ponto 2.7.3 do POCAL, quando haja resultado positivo, o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) – Reforço do Património
- b) – Constituição ou reforço de reservas.

É obrigatório o reforço do Património até que o valor contabilístico da conta 51 – Património, corresponda a 20% do Ativo Líquido.

Deve constituir-se anualmente um reforço mínimo de 5% do Resultado Líquido em Reservas Legais, conta 571 do POCAL.

Assim, tendo em consideração que o Resultado Líquido do Exercício em 2014, foi positivo e no valor de € 2.368.527,44 propõe-se a seguinte distribuição:

Reservas Legais (571): 5% do Valor do Resultado Líquido € 118.426,37.

O restante valor, ou seja € 2.250.101,07, permanece na conta de Resultados Transitados (59), uma vez que o valor da conta 51 – Património já ultrapassa os 20% do Ativo Líquido.

7 – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

O Artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais), define no número um que os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Os municípios, as entidades intermunicipais e a entidade associativa municipal, são entidades mãe ou consolidantes.

O grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direto ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar as suas atividades, conforme define o n.º 3 do aludido artigo 75.º, acima mencionado.

De acordo com o número 4, desse artigo, a existência ou presunção de controlo, por parte do Município, relativamente a outra entidade, afere-se pela verificação dos seguintes pressupostos referentes às seguintes entidades:

“a) Serviços municipalizados e intermunicipalizados, a detenção, respetivamente, total ou maioritária, atendendo, no último caso, ao critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;

b) De natureza empresarial, a sua classificação como empresas locais nos termos dos artigos 7.º e 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;

c) De outra natureza, a sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado, com base, designadamente numa das seguintes condições:

i) De poder, como sejam a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão;

ii) De resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver outra entidade.”

Presume-se, ainda, a existência de controlo quando se verifique, relativamente a outra entidade, pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado, conforme alude o n.º 5 do já citado artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro:

- “a) A faculdade de vetar os orçamentos;*
- b) A possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão;*
- c) A detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes;*
- d) A capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;*
- e) A assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade.”*

Conforme é ainda referido no n.º 6 desse artigo 75.º, devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal.

Atendo à definição acima mencionada para o grupo autárquico a consolidar, o Município de Alcanena terá de consolidar, contas com a **Associação Centro de Ciência Viva do Alviela**, considerando que a mesma se enquadra no definido nas alíneas c) e e) do n.º 5, do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

A consolidação de contas seguirá conforme definido na parte final do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e será presente aos órgãos do Município, de acordo com o estabelecido no artigo 76.º, também da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, para apreciação pela Assembleia Municipal na sessão a realizar em junho.

8 - ATIVIDADES NÃO REFLETIDAS NAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO
(ANEXO)